



Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida até ao primeiro ponto das “Recomendações e Requerimentos” do Período de Antes da Ordem do Dia, por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e depois presidida pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Eusébio Manuel Candeias, e secretariada pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens, que ficará como Primeira Secretária da Mesa.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, António Miguel da Costa Ferreira e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Nuno Miguel da Costa Gabriel e Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Ana Rita da Costa Carvalho, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Sónia Isabel Leal Maurício Martins e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Fernando Mimoso Negrão, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Presidente da Mesa – Informou que iam formalizar a alteração da composição da Assembleia Municipal pelas duas renúncias que foram apresentadas.

Deixou de ser Presidente da União de Freguesias de Setúbal, Rui Manuel do Rosário Canas, através de renúncia apresentada na sua Assembleia de Freguesia e que por inerência passou a ser o Presidente da Junta Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, conforme documento registado sob o n.º 3, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Foi apresentado, também, renúncia ao mandato, em 1 de fevereiro de 2025, o deputado Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, que foi eleito nas listas do PPD/PSD, e segundo a lei eleitoral será substituído em definitivo pelo deputado seguinte na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, o qual assinou o termo de posse definitiva como deputado efetivo, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 e 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, Rogério da Conceição Palma Rodrigues e Maria Helena Crispim Pratas, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Pedro Miguel Pereira Florêncio, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, Helena Isabel Herrera Ramos Ferreira e António Pedro Mano Loução, conforme documentos registados sob os n.ºs 10 a 17, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Maria Paula Soeiro Cândido, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno e Natália Jennifer Watts Soares, conforme documentos registados sob os n.ºs 18 a 21, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída pela Tesoureira Dora Cristina Soeiro Mira e a Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída pelo Vogal Hercílio Ferreira, conforme documentos registados sob os n.ºs 22 e 23, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Óscar Alexandre de Jesus dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, João Manuel Ramos dos Santos, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos apenas uma inscrição para intervir (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata) e convém que seja dado cumprimento ao limite de tempo, que são os 5 minutos por cada intervenção.

José Luís Costa – Aquando da última vez que aqui estive, vim pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal que cumprisse com a sua promessa, porque se ganhasse as eleições de há 4 anos que daria andamento aquilo que já vinha sendo feito por mim e com a Presidente Celestina. O Sr. Presidente ganhou as eleições e eu vim aqui há umas semanas e pedi-lhe que cumprisse e o Sr. Presidente disse que ia resolver o problema com as suas pessoas. Se foi este o termo usado ou não, não sei.

Relativamente à minha pessoa, eu estou aqui há mais de 30 anos na região de Setúbal, em Azeitão, sou do concelho de Tondela e gosto muito de estar nesta zona, tenho feito aqui a minha a minha vida e continuo cá e vou continuar até morrer, só depois é que se vê como é que vai ficar, se fico cá ou se vou lá para cima.

Senhor Presidente, acho que ficou um bocadinho triste por eu vir aqui pedir para cumprir com a sua palavra, mas eu também fiquei, como eu costumo dizer “quem se zanga não é boa pessoa”.

As passadeiras das ruas transversais à Avenida Rodrigues Manito, se ainda não foram pintadas por estes dias, precisam todas de ser pintadas, porque é perigoso e uma pessoa quando sai das transversais e quer entrar na Rodrigues Manito, de uma maneira geral, não tem a perceção correta da posição da viatura que conduz.

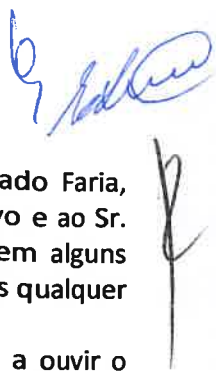
Relativamente à minha intervenção na vida aqui na região de Setúbal, resume-se, tão somente, a eu conduzir muito e consoante vou tendo problemas com as viaturas, como caírem nos buracos, eu vou apontando e vou comunicando a quem está no poder naquela altura. Tem sido assim sempre, raramente apareço, porque sou gago e tenho um problema neurológico e sou deficiente. Não é nada agradável, porque uma pessoa quer falar, mas tentei sempre.

Resumindo, eu faço o que é para fazer, apontar o que tenho de apontar, levo para casa e entrego na Junta de Freguesia. Em Azeitão, infelizmente no Rossio, já não conseguiram fazer o trabalho ontem e coloquei lá a indicação de que iria ter problemas em frente aos três cafés que lá estão. A passadeira e aquela região à volta da passadeira está tudo destruído e deviam ter colocado lá um sinal também e não colocaram. Não posso fazer tudo, porque tenho a minha vida e continuo a trabalhar, apesar da idade. Amanhã de manhã se não estiver realmente aquilo resolvido eu vou dar uma ajudinha, que é o que eu tenho feito.

Sargetas entupidas na Rua Maria Natividade Sousa e na Rua Dra. Maria Cândida de Oliveira Parreira, prometeram-me que as limpavam e cumpriram. O senhor, acho que é Silva Neves ou Lima Neves, cumpriu com aquilo que prometeu.

A Rua Dr. Francisco Gonçalves de Oliveira não tem iluminação ou não tinha iluminação nos números 36 e 38, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e a Presidente Sónia Paulo fizeram o favor, além da obrigação que têm, mas eu queria agradecer muito porque um poste de eletricidade não é propriamente uma coisa fácil de resolver ou de transportar.

Em Vila Nogueira de Azeitão estava um lancil arrancado por um camião do INTERMARCHÉ e no dia seguinte já estava lá o lancil colocado e dei conhecimento. O que me faz impressão é que gostava que todas as pessoas procedessem como eu, que ajudassem os Presidentes das juntas e os executivos das juntas a resolverem os problemas que têm para resolver e que não são poucos.



Na Rua Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, esquina com a Rua Dr. Agostinho Machado Faria, tampa metálica solta com o passar das viaturas, o que faz muito barulho. Aqui pedia ao executivo e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal que fossem um bocadinho mais céleres a resolverem alguns problemas desta natureza, um deles demorou 3 meses a ser resolvido e foi necessário eu fazer mais qualquer coisinha do que aquilo que tinha de fazer.

Compreendo que as situações não são fáceis de resolver, mas 3 meses para pessoas que estão a ouvir o barulho de uma chapa a bater todos os dias durante 90 dias e ralharam comigo por eu ajudar uma senhora a ver se resolvia e acabou por se resolver.

Informa-se, mais uma vez, e a última foi há 2 anos, que há um buraco no asfalto no centro empresarial internacional no Alto da Guerra, se a memória não me falha. Passo ali com alguma frequência e há 2 anos que os carros vão todos bater naquele buraco, é uma coisa simples de se resolver. Não sei porque é que as Infraestruturas, eu sei, que não fazem aquilo que têm de fazer, as Infraestruturas de Portugal deviam ter um bocadinho mais de sensatez, peço desculpa pelo termo, mas a verdade é essa, é que já há 2 anos que estamos a estragar as viaturas das pessoas que por ali passam, quer seja de dia, quer seja noite.

Senhor Presidente da Assembleia, agradeço-lhe muito a ajuda que me deu e não me vou esquecer do senhor, porque é daquelas pessoas que eu gostava de ser desde criança. Uma boa noite para todos.

Não me levem a mal se eu não sei bem como é que hei de apresentar os assuntos, mas eu vou continuar, se não se importarem e na próxima vez eu trarei mais alguma coisinha que seja necessário fazer para falarmos e para resolvermos os assuntos mais complicados. Uma boa noite a todos e um bom fim de semana.

Presidente da Mesa – Obrigado pela sua intervenção. Fez bem, pode vir à Assembleia apresentar os casos, mas a Câmara tem vários canais de comunicação para estas anomalias. O Sr. Presidente irá dar alguma explicação sobre isso.

Presidente da Câmara – Eu lembro-me do senhor vir cá, mas não tenho memória de ter ficado aborrecido pelas questões que o senhor colocou, aliás, eu tenho por hábito agradecer sempre às pessoas que vêm aqui à Assembleia ou à reunião de Câmara colocar as questões que entendem que devem ser resolvidas e isso facilita-nos o nosso trabalho e, por isso, eu não posso ficar aborrecido por trazer aqui as questões. Aliás, como os senhores deputados que colocam aqui as questões ou os senhores vereadores, eu nunca fico aborrecido, agradeço sempre o contributo que dão para que possamos melhorar o nosso trabalho.

Essa informação que o senhor aqui trouxe e certamente alguma que ainda tinha para dar é muito útil para todos nós, umas até dizendo que já foram resolvidas, levou algum tempo, mas foram resolvidas, mas há outras que o senhor identifica e que não estão resolvidas e nós agradecemos muito. Os nossos serviços tomam nota e põem na agenda para poderem resolver. É um bom contributo que os munícipes dão a quem tem a responsabilidade de intervir no sentido de poder resolver mais rapidamente os problemas das nossas populações.

Nós estamos aqui, não somos obrigados a estar aqui, estamos aqui porque queremos e assumimos o compromisso de estar aqui para fazer o melhor possível pelas nossas populações e quando temos a ajuda dos munícipes, como neste caso, que nos chamam a atenção para isto, para aquilo e para aqueloutro, nós não temos de ficar aborrecidos por isso, só temos é de agradecer. Por isso quero é agradecer-lhe, mais uma vez, por vir aqui e fazer este levantamento das questões e o que é que nós podemos querer mais de uma participação cidadã ativa? É isto! Se houvesse muito mais cidadãos a fazer o que o senhor faz, certamente facilitávamo-nos muito a nossa vida, à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia e, por isso, eu só tenho é de agradecer e ficou o registo das questões que o senhor colocou.

A questão das passadeiras é uma questão que nós continuamos a procurar resolver. Acho que há cerca de 15 dias que eu assinei uma requisição para contratar mais não sei quantas passadeiras, uma centena ou mais, e vamos fazendo esse trabalho. Infelizmente, aquela tinta às vezes parece que com água e com o passar do rodado dos carros, cada vez aguenta menos tempo, são os tempos que nós vivemos.

Mais uma vez, só tenho é de agradecer o facto de ter vindo aqui trazer esta informação e que nós vamos procurar resolver esses assuntos o mais rapidamente possível. Muito obrigado.

José Luís Costa – Não sei se o senhor Presidente da Assembleia me deixa dizer mais duas ou três palavrinhas.

Presidente da Mesa – Você teve já alguma condescendência no tempo, até pela sua dificuldade, mas como também não temos mais intervenções, peço-lhe que seja muito curto. Faça favor.

José Luís Costa – Senhor Presidente muito obrigado pela sua simpatia.

Eu corroboro integralmente as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e vossa Excelência permita-me os agradecimentos das palavras que deu.

Acho triste realmente, porque a constituição de 1976 instituiu o Poder Local, precisamente por ser local é que as populações precisam mais rapidamente daquilo que é necessário e vejo tão pouca gente ou ninguém mesmo e até pessoas jovens a colaborar nesta tarefa tão nobre como é trabalharmos em prol da nossa comunidade.

Fico triste, ainda hoje tive de comunicar que na Rua da Escola Preparatória, em Azeitão, na rua onde está instalado o posto da Guarda Nacional Republicana, em que está lá o sinal vertical de aproximação de passadeira e ninguém vê.

Agradeço-lhe muito e não vou prosseguir, porque reconheço que o tempo já está ultrapassado.

Presidente da Mesa – Se fosse na Assembleia da República a esta altura já lhe tinha sido cortado o microfone, como já deve ter reparado, quando chegam ao limite aquilo é automático e ninguém mais fala.

Já agora, o Sr. Presidente da Câmara, provavelmente, esqueceu-se, mas já está em funcionamento uma aplicação da Câmara para os telemóveis, uma App, para se porem todas as propostas, sugestões e reclamações que depois é encaminhado para a Junta de Freguesia, para a Câmara Municipal e para os serviços e pode-se alimentar essa participação por aí.

Obrigado pela sua intervenção.

VOTAÇÃO DA ATA

Ata da sessão ordinária da Assembleia de 20 de dezembro de 2024

Flávio Lança (IL) – Só uma pequena nota de pormenor, na página 2, alínea b), último parágrafo, na 3.ª linha, está escrito “*tendo sido substituída*”, mas penso que será “*tendo sido substituída*”. Era o único apontamento.

Presidente da Mesa – Muito obrigado pela observação, far-se-á a respetiva correção.

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Interpeleções ao Executivo

Rui Lamim (PSD) – Vamos utilizar um conhecido ditado popular “*o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita*” para falar do contrato desta Câmara com a DATAREDE para o estacionamento pago na cidade.

Nasceu torto, recorde, pois todas as forças políticas estavam contra a assinatura deste contrato, exceto Dores Meira e a CDU, que teimosamente insistiu em contratar em fim de mandato autárquico e vésperas de eleições.

As críticas da altura sobre o modelo que estava a ser forçado, mostram-se agora corretas, o que nasceu torto, observamos que não se endireitou. Os lugares de estacionamento que eram gratuitos, passaram a ser pagos, e isto sem a criação de novos lugares de estacionamento. A DATAREDE era para ter construído e disponibilizado à cidade um novo parque de estacionamento na Avenida Luísa Todi, seria um serviço à população, uma contrapartida pela exclusividade de cobrar estacionamento na cidade e serviria para aumentar a nossa qualidade de vida. Tal contrapartida para a cidade não existe, mais estacionamento não existe, não nos enganemos, pintar riscos brancos no alcatrão e espalhar pilaretes não é criar estacionamento.

Interpelamos, pois, o Executivo sobre a gestão do contrato da DATAREDE, nomeadamente sobre a aplicação de sanções à empresa por vários incumprimentos na gestão da concessão. O que é que se passa neste capítulo? Sobre a construção do novo parque de estacionamento na Avenida Luísa Todi, vai ou não ser construído e quando irá ser construído? A Câmara pensa em pedir indemnização pela não construção? E perguntamos, também, ao Sr. Presidente sobre a expansão do estacionamento pago, quais são as zonas que agora são gratuitas e que passarão a ter estacionamento pago? Vai fazê-lo daqui até às eleições?

Ilídio Ferreira (PS) – Nas últimas semanas, últimos meses, recebi e penso que todos os deputados presentes também ou alguns, um e-mail de uma senhora que reside na Avenida Soeiro Pereira Gomes, n.º 32, a expor uma situação relacionada com o ar condicionado. A senhora diz que não cumprirá as regras, nomeadamente contra ruído e produção de gases prejudiciais para a saúde dos seus pais. Pais que são doentes, ambos com 85 anos e a mãe está acamada.

Diz nessa 1ª. Denúncia, de 28 de fevereiro de 2022, que a cozinha e o quarto da senhora acamada ficam a poucos metros de um aparelho de ar condicionado. Devo dizer que não conheço nem quem vive no 32, nem que vive no 34, ao lado, nem falei com nenhuma das partes e o que me levou a trazer aqui o assunto foi o facto de se tratar de pessoas idosas, que seguramente passam problemas de saúde devido a esta situação.

Consultei o processo e verifiquei o que aqui vos vou transmitir. Em 28 de fevereiro de 2022 é feita a denúncia, só em 17 de janeiro de 2023, quase um ano depois, o serviço de fiscalização da Câmara se dirigiu ao local, constatou a existência de obras ilegais no n.º 34, onde está o ar condicionado e mais tarde veio a constatar também obras ilegais no n.º 32, da queixosa, e sobre a reclamação do ar condicionado nesta informação, nada é dito. Em 15 de março de 2023, há uma informação de que a fiscalização se deslocou ao local, viram o ar condicionado a trabalhar e concluíram não se verificar a situação descrita pelo reclamante, tanto em termos de ruído, como de produção de ar viciado. Em dezembro de 2023 foi produzida nova informação técnica dos serviços de fiscalização, em que é dito que devem ser aferidas se as condições do ar condicionado são prejudiciais para o vizinho e que a avaliação nos termos da lei deverá caber à ASAE.

Em 24 de janeiro de 2024, a Câmara enviou um ofício para a ASAE que, julgo que até agora ainda não teve resposta, pelo menos no processo não está. Em 7 de março de 2024, há uma carta do Ministério Público para a Câmara a dar conhecimento do arquivamento de uma queixa feita pela queixosa contra a vizinha em que o Ministério Público diz que a GNR se deslocou ao local em três dias do mês de fevereiro e não verificou a emissão de vapores de gases provenientes do aparelho. A queixa da senhora é de ruído e da produção de gases que entrarão pelas janelas da cozinha e do quarto da senhora que está acamada. Ou seja, e agora já são juízos meus, os serviços da Câmara e a GNR, um ano e dois anos após a queixa, vão ao local, mas o que fazem é uma avaliação de senso comum, medições de ruído, nada, medições de gases emitidos, nada. A ASAE pelos vistos nem se dignou a responder. A Câmara o que fez? Pouco. O problema é social, dois idosos que deveriam passar os últimos anos de vida descansada, vivem um inferno.

Pergunto à Câmara, para que serve a Divisão de Direitos Sociais e Saúde da Câmara, nomeadamente os setores de intervenção com grupos vulneráveis na promoção do bem-estar? O setor de proximidade e o Gabinete de Saúde, para que servem estes serviços, se assuntos desta natureza são entregues à fiscalização e ao urbanismo?

Este não é um problema urbanístico, não é saber se o aparelho de ar condicionado é ou não uma obra de escassa relevância urbanística, é um problema social e, como tal, deve ser tratado e a Câmara não pode, não deve ignorar e tudo deve fazer para encontrar uma solução.

Devo transmitir que me sensibilizei com este assunto, por um lado por serem idosos, mas por outro porque sou daquelas pessoas, há outras que não, que conseguem dormir com o comboio a passar ao lado, mas não conseguem dormir, se houver uma máquina de ar condicionado durante a noite fazer barulho.

Vitor Rosa (BE) – São duas perguntas ao executivo, a primeira é que vai decorrer daqui a pouco, às 21 horas uma Assembleia Geral Extraordinária do Vitória Futebol Clube, onde os sócios irão abordar o plano de recuperação do clube e um projeto imobiliário para o Bonfim. Considerando que o direito de superfície dos terrenos, onde está edificado o Estádio do Bonfim, foi assumida a sua posse pela autarquia, através da aceitação dos créditos hipotecários de uma entidade bancária, mediante o pagamento de 300 mil euros, pergunto, que impacto pode vir a ter o projeto sobre esse direito e se estão salvaguardadas todas as cláusulas desse direito já que se fala de eventuais construções com a anulação dos topos do estádio?

Tem a Câmara conhecimento de algum contrato de compra e venda no valor de 22 milhões de euros com uma apreciação do topo Norte em 10 milhões e o topo Sul de 12 milhões?

Sendo a Câmara a detentora do direito de superfície dos terrenos, onde está edificado o Estádio do Bonfim, existe ou não alguma obrigação legal para que a mesma seja consultada em todas as fases do projeto? Se sim, qual tem sido o parecer da Câmara até ao presente momento? O projeto será objeto de algum Plano de Pormenor, de estudos de impacto a nível ambiental ou rodoviário, atendendo à proximidade do Parque da Várzea e da Ribeira do Livramento ou ao já muito congestionado tráfego que essa zona tem, bem como a Avenida Rodrigues Manito? Que informações podem ser aqui dadas sobre esta situação?

A segunda questão que trago aqui é exatamente a mesma que foi referida pelo deputado Ilídio Ferreira, também recebi o e-mail e, portanto, também tinha aqui essas dúvidas, até porque no contacto estabelecido, via e-mail, com a senhora de nome Carmelita Isabel de Sousa, que é a cuidadora informal dos pais, um casal de 85 anos e, portanto, a senhora faz um conjunto de acusações à Câmara, muitas delas em particular à senhora vereadora Rita Carvalho. Portanto, o assunto em si já foi trazido aqui, a tal questão do motor de um equipamento de ar condicionado a ser retirado da parede e, portanto, aquilo que eu peço é se pode a senhora vereadora elucidar o que se passa e o porquê da existência deste problema e que medidas foram tomadas para a solução desta situação.

António Costa Ferreira (PSD) – Primeira questão a colocar, para quando a resposta a requerimentos, pelo menos a dois? Um sobre os empréstimos e as obras associadas e o estado, digamos, de decurso em que os mesmos decorrem? O outro requerimento tem a ver com as obras ali na Rua Óscar Pacheco, que gostávamos de ser informados sobre o que lá se passou, porque o cartaz continua lá como se as obras estivessem a decorrer, quando não acontece nada.

Por outro lado, uma questão, se calhar, de deficiência profissional na rua de acesso ao Viso, junto ao Centro de Saúde, mas antes há um muro em que há fissuras. Eu só trago cá isto por uma questão de se poder monitorizar, porque quem avisa procura acautelar o pior e quando menos se espera, os muros de suporte causam estragos não só a pessoas, como materiais.

Deixava aqui o alerta da existência de várias fissuras em várias parcelas do muro e ver se, pelo menos, monitorizar para saber se aquilo está vivo, se está morto e que medidas é que há e de quem é a responsabilidade?

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Procurar responder às questões que foram colocadas dentro do conhecimento que tenho nestas matérias.

Começo aqui pelo senhor deputado Rui Lamim sobre o contrato da DATAREDE. A Câmara Municipal deliberou aplicar sanções à empresa e esse processo está a decorrer e, como é óbvio, há de ter o seu desenvolvimento. Entretanto, também, a Câmara Municipal deliberou a constituição de um grupo de trabalho com técnicos e eleitos da Câmara Municipal e com a direção da empresa. Esse grupo de trabalho foi constituído, tem tido reuniões e o objetivo é de não criarmos aqui uma situação de impasse nesta relação, mas o objetivo é, de facto, procurar que se ultrapassem as dificuldades que são conhecidas e, naturalmente, que este problema seja resolvido.

O senhor deputado perguntou qual eram as áreas de expansão a seguir, nós temos uma proposta que já apresentámos à empresa e já tive a oportunidade de também falar dela publicamente. A nossa proposta é que não vai haver mais área de expansão do que aquela que já está feita, ponto 1.

Segundo ponto, é necessário requalificar os espaços nos Bairros que são objeto de espaços de estacionamento reservados exclusivamente a residentes. Nós ouvimos muita crítica sobre o estacionamento tarifado e eu quero dizer que não haja dúvida nenhuma que o estacionamento tarifado...

Houve um apagão, durante cerca de três minutos, devido às trovoadas e relâmpagos que se abateram sobre a cidade.

Presidente da Mesa – Já estamos com a energia reposta, mas temos uma paragem técnica no programa dos tempos.

Os tempos já estão corretos e reestabelecidos. Senhor Presidente tem a palavra, faça favor.

Presidente da Câmara – Vou procurar retomar o meu raciocínio.

Estava a dizer que, goste-se ou não se goste do estacionamento tarifado, o que é facto é que o estacionamento tarifado é um instrumento que hoje as cidades em Portugal e por essa Europa fora, para não ir mais longe, utilizam como forma de melhor gerir o espaço público. Nós aqui em Setúbal, felizmente pela atratividade do nosso concelho e da nossa cidade, não podemos prescindir de ter estacionamento tarifado e não deve ficar dúvida nenhuma sobre a nossa posição relativamente ao estacionamento tarifado.

O que tenho vindo a dizer também de uma forma ponderada, é que este contrato não foi o melhor contrato para a nossa cidade nos tempos que correm e da transformação que a cidade precisa de ter e está a ter. Por isso, na sequência das medidas que foram tomadas na Câmara Municipal, seja relativamente às penalizações, seja relativamente à iniciativa de criar uma comissão paritária que possa discutir para encontramos um caminho que não penalize a empresa no sentido do cumprimento de um contrato que tem com a Câmara Municipal e que também a Câmara Municipal, porque também é parte desse contrato, fique menos penalizada por estas alterações que nós temos como propostas.

Um 1º ponto é não haver expansão do estacionamento tarifado como está previsto no contrato, isto tem consequências como é normal.

Depois a outra questão é a de que é necessário requalificar. Nos Bairros, o espaço que é dedicado em exclusivo a residentes, esse é um dos problemas que nós temos e, apesar de haver muita gente, sobretudo vários eleitos que falam do estacionamento tarifado como qualquer coisa que é mau para todos, isso não é verdade, porque não é esse o feedback que nós temos das populações, sobretudo os residentes dos Bairros. Há Bairros onde ainda não houve intervenção do estacionamento tarifado e onde nós recebemos pedidos dos moradores para se avançar com o estacionamento tarifado.

Nós sabemos o que é que significa para os Bairros, sobretudo, para os residentes não ter estacionamento tarifado na envolvente e com a consequente área dedicada ao estacionamento dos residentes. Isso é que nós queremos que seja garantido.

Depois, mais uma questão, é que se devem criar mais espaços de estacionamento diário no sentido de criar as condições para quem insista ou precise de trazer o seu carro e estar todo o dia no centro histórico, na baixa da cidade, ter essa possibilidade e com um preço diário mais adequado.

São estes os três aspetos que consideramos neste momento para não penalizar mais as nossas populações e que devem ser equacionados neste grupo de trabalho que foi, entretanto, constituído.

Naturalmente que são processos que não são fáceis de conduzir, mas acreditamos que é possível avançar neste caminho. Portanto, é isto que eu posso dizer relativamente a este contrato e à forma como ele foi feito, aos compromissos que estão assumidos e que é muito importante que fique claro para todos os senhores vereadores e os senhores membros da Assembleia Municipal que há um contrato, goste-se do contrato ou não, que foi assumido pelos órgãos e é um contrato que tem consequências. O que temos de fazer é que a gestão desse contrato e a sequência do que virá a resultar destas negociações e deste caminho que é necessário fazer, é que ele seja o menos penalizador para a Câmara Municipal e que, também, favoreça o mais possível, designadamente, os residentes dos nossos Bairros, esse é que é a questão central. Sobre o comércio tradicional, já também fiz várias intervenções sobre isso e tive reuniões com os comerciantes e, creio que ficou claro que se não fosse o estacionamento tarifado o comércio da Baixa estaria numa situação de declínio muito acentuado e expliquei o porquê dessa situação. Às vezes, fala-se destas situações de ânimo leve sem avaliar as consequências do que é um contrato que foi assinado pela Câmara Municipal e que foi aprovado na Assembleia Municipal.

Relativamente aos parques de estacionamento, foi o que eu já disse, os processos foram aprovados na Câmara Municipal relativamente às penalizações, esse é um processo que há de seguir os seus termos.

Senhor deputado Ilídio Ferreira, já gastei muito tempo da Câmara Municipal e vou só dizer o seguinte, o senhor descreveu um processo que, também, é acompanhado pelos serviços da Câmara Municipal, os quais, no meu entendimento, têm vindo a fazer aquilo que lhes compete fazer. Outras entidades, como também referiu, e que têm interferido neste processo não tomaram ainda nenhuma iniciativa no âmbito das responsabilidades que têm e, por isso, nós continuaremos na Câmara Municipal a acompanhar este processo. Como certamente ficou claro, não é um processo fácil de acompanhar, tendo em conta o que é que está em causa, mas a Câmara Municipal cabe-lhe cumprir a legislação.

Senhor Presidente, só responderei se, ainda me permitir, uma questão que eu acho que é muito importante e que foi colocada pelo senhor deputado Vítor Rosa relativamente ao Vitória Futebol Clube. O Vitória Futebol Clube, como sempre tenho dito, tem órgãos sociais que tomam decisões que são das direções dos sócios e a Câmara Municipal não interfere nessas decisões, portanto, os órgãos do Vitória funcionam e tomam as suas decisões.

A Câmara Municipal tem acompanhado desde o início todo este processo, tem participado onde somos chamados a participar, tem apoiado naquilo em que são as nossas competências e onde podemos interferir e quando chegar alguma proposta à Câmara Municipal em concreto sobre as questões que o senhor deputado levantou, naturalmente que a Câmara Municipal as há de avaliar e há de pronunciar-se sobre elas. Enquanto isso não acontecer, trata-se, naturalmente, de nós participarmos em reuniões, de acompanharmos, de apoiarmos o Vitória naquilo que nos compete apoiar e é o que eu lhe posso dizer.

Fora deste âmbito não é próprio trazer estas questões aqui a público, mesmo estando na Assembleia Municipal e peço aos senhores deputados que compreendam esta situação.

Quero que fique claro que não existe na Câmara Municipal nenhum pedido formal relativamente às questões que o senhor deputado levantou e enquanto isso não acontecer, naturalmente, que a Câmara Municipal, o executivo municipal continuará a acompanhar o Vitória e a dar todo o apoio e colaboração naquilo que são as decisões do clube neste processo complicado que todos nós conhecemos.

c) Recomendações e Requerimentos

1. **Recomendação de “Implementação de bolsas de estudo” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – A educação é considerada o motor da elevação social por excelência, sendo referida na Constituição da República Portuguesa, como todos têm direito à educação. Ao garantir o acesso a todos à



mesma, garante-se que os cidadãos provenientes de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos podem melhorar as suas condições de vida, promovendo-se assim a justiça social. Por outro lado, a educação funciona como uma importante força motriz da economia, uma vez que uma força de trabalho mais qualificada, inovadora e produtiva, contribui para um desenvolvimento mais sustentável.

Apesar dos esforços crescentes, os resultados escolares encontram-se intimamente ligados ao estatuto socioeconómico de um estudante.

Um estudo recente indica que, em média, um estudante universitário gasta 900 euros todos os meses. Face a esta conjectura é cada vez mais frequente os relatos de estudantes que abandonam o ensino superior por não terem capacidades financeiras para suportarem as despesas associadas. Configura-se, então, que o envolvimento dos municípios no apoio social aos estudantes desfavorecidos no ensino superior reforça leque de apoios essenciais para garantir a equidade no acesso à educação.

As bolsas de estudo apresentam-se, assim como uma forma de apoio financeiro que permite auxiliar os estudantes mais favorecidos e as suas famílias ao suportarem as despesas inerentes aos seus estudos, proporcionando-lhes uma oportunidade de concretizarem as suas ambições.

Este tipo de investimento no capital humano tem o potencial de transformar vidas e de impulsionar o progresso coletivo, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Assim, delibera-se que a Assembleia Municipal de Setúbal recomende à Câmara Municipal de Setúbal:

1. Implementação de um programa municipal de mentoria, em colaboração com instituições de ensino superior, associações académicas ou voluntários.
2. Constituição de um fundo específico destinado a estudantes de mérito e economicamente desfavorecidos, residentes no município, para assegurar o acesso e a permanência no ensino superior. Este fundo será utilizado para financiar bolsas de estudo e programas complementares de apoio social.

Presidente da Mesa – Faço notar que os tempos atribuídos no Regimento não são para cada deputado individualmente, são para os Grupos Municipais, portanto, quando se fazem intervenções têm de ter atenção aos tempos. Todos os documentos estão distribuídos, são conhecidos de todos, mas se gastarem todo o tempo a lerem aquilo que já está distribuído o Grupo Municipal fica prejudicado.

Vanessa Silva (CDU) – A CDU não se vai opor a esta recomendação, no entanto, gostaríamos de deixar aqui algumas considerações.

Não nos vamos opor, mas também não vamos votar favoravelmente, para que fique claro, porque não acompanhamos a parte deliberativa, muito embora acompanhemos vários aspetos das considerações que são feitas, o que leva a que não nos vamos opor.

Nós consideramos que a ação social deve ser direta e universal e que deve ser assumida pelo Estado, pela Administração Central, principalmente no que diz respeito ao ensino superior. Consideramos que há elementos que vão para além das questões do mérito e que são centrais nas questões de ação social escolar e que têm de ver, naturalmente, com a condição socioeconómica dos estudantes que aqui é referida, mas não nos parece que o mérito seja uma questão a chamar ao âmbito da ação social escolar. Pensamos que o fim das propinas, o reforço da tal ação social direta, o reforço das residências e a melhoria dos transportes públicos são medidas que são fundamentais para que, de facto, os estudantes de todas as condições tenham possibilidades de aceder ao ensino superior e nele se manter e terminarem os seus estudos.

Mais do que ser um elevador social, para nós a educação é, de facto, um elemento de transformação individual e social e, por isso, consideramos que estas competências não devem ser empurradas para as autarquias, como, aliás, já muitas outras têm sido sem nunca ser acompanhada de meios financeiros, mas devem ser assumidas pela Administração Central e não pelos municípios.

É por este motivo que não iremos opor-nos, mas também não podemos votar favoravelmente, qualquer das formas registo a preocupação que aqui está colocada e que nos leva a tomar esta posição.

Presidente da Mesa – Senhores deputados, vou fazer uma coisa pouco habitual, mas infelizmente tenho de fazer, tenho um problema sério de família e tenho de sair agora.

Vou pedir ao Sr. Primeiro Secretário que continue a direção dos trabalhos e os serviços vão anotando a Ata. Julgo que não será possível voltar, mas se for possível ainda cá voltarei. Peço imensa desculpa, mas não tenho outra resposta a dar, tenho de ir a casa. Peço desculpa.

Vítor Rosa (BE) – O PSD não elimina as propinas, não tem políticas de salários justos para a maioria dos portugueses e não procura resolver os problemas que trazem as dificuldades aos jovens relativamente aos acessos e às capacidades de poderem fazer seguir a sua carreira ao nível do Ensino Superior e quer desta forma que as autarquias se substituam ao Estado Central com o apoio a bolsas de estudo, quando nas transferências de competências continua a não dar as respostas financeiras exigíveis à resolução destes problemas. Na prática, o PSD continua a brincar à caridadezinha, em vez de resolver os problemas sérios. Há aqui um conjunto de considerandos com as quais nós nos identificamos relativamente à questão da coesão social e tudo o resto, mas não conseguimos acompanhar em pleno esta recomendação do PSD.

Flávio Lança (IL) – A educação é um pilar essencial para o progresso e mobilidade social e a Iniciativa Liberal defende o mérito e o esforço dos estudantes que devem ser reconhecidos. Concordamos com a necessidade de apoiar jovens talentosos e com dificuldades económicas, mas temos preocupações quanto à criação de um fundo municipal de bolsas de estudo.

Setúbal já contribui para o Sistema Nacional de Bolsas de Estudo através dos impostos pagos pelos municípios, criar um fundo municipal significa um aumento da despesa pública que pode ser evitado. Defendemos em alternativa que a Câmara Municipal trabalhe para atrair parcerias privadas para financiar estas bolsas e pressione o Governo para desburocratizar os apoios já existentes.

Apoiamos a criação de um programa de mentoria para estudantes carenciados. Trata-se de uma medida de elevado impacto e baixo custo.

Por estas razões, a Iniciativa Liberal irá abster-se nesta recomendação, mas estará disponível para apoiar uma versão melhorada que envolva financiamento privado e eficiência na utilização dos recursos públicos.

Mariana Crespo (PAN) – Reconhecemos a importância fulcral de medidas para promover a equidade no ensino superior, contudo, a recomendação aqui em apreço menciona a criação de um fundo e de um programa de mentoria, mas não parece especificar critérios claros para a atribuição de bolsas, os métodos de seleção dos mentores ou o tipo de acompanhamento.

Também não parece explicitar a articulação clara com programas nacionais já existentes, como é o caso das bolsas de ação social do Estado, pelo que gostaria de solicitar, se possível, esclarecimentos quanto a estas questões aos autores da recomendação.

Francisco Cabral (PSD) – Dizer que o PSD não faz caridade, o PSD tem uma política de ação social, o PSD preocupa-se com as pessoas sobretudo as que se encontram em situações de maior vulnerabilidade, é a isso que chamamos social-democracia.

Em relação às perguntas, estas bolsas seriam apenas um complemento, mais outro, como existem em outras câmaras municipais, como Oeiras.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor, 10 do PS e 6 do PPD/PSD, e 19 abstenções, 16 da CDU, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL.



2. Recomendação “Parlamento Municipal dos Jovens” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Francisco Cabral (PSD) – Atualmente a participação jovem na política é um tema de importância significativa, nomeadamente no seu caráter reduzido observável nos dados de abstenção jovem, desta forma a Câmara Municipal de Setúbal tem um papel fulcral nesta missão devendo impulsionar atividades que promovam a proximidade entre o Poder Local e os jovens, tendo por base a iniciativa a nível nacional da criação de uma Assembleia Municipal dos jovens. Apresenta-se como uma oportunidade de aproximar os jovens do Poder Local, inculcando-lhes o sentido de responsabilidade cívica e promovendo a sua consciência do funcionamento das instituições locais. Esta é ainda uma oportunidade para que a juventude expresse as suas preocupações, contribuindo para o desenvolvimento inovador da cidade.

Assim, delibera-se que a Assembleia Municipal de Setúbal recomende à Câmara Municipal que crie uma Assembleia Municipal dos jovens.

Simão Calixto (CDU) – Da parte da CDU, nós consideramos que a participação juvenil tem de ser muito mais do que assembleias e parlamentos dos jovens que, por norma, não passam de um simulacro de participação e que afasta os estudantes da intervenção na sua escola com os seus colegas e em torno da sua realidade concreta e ao invés disso incentivam a promoção pessoal e reduzem a política a uma visão do carreirismo político partidário.

Por considerarmos que a participação juvenil é, de facto, e pode ser muito mais do que isso, votaremos contra esta recomendação.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal votará a favor desta recomendação, acreditando que esta pode ser uma oportunidade para inovar na forma como o município envolve os seus jovens na política e no debate democrático.

Mariana Crespo (PAN) – A recomendação menciona a criação da Assembleia Municipal dos jovens com o intuito de aumentar o seu envolvimento na vida política e comunitária, mas surgem-nos algumas dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas pelos autores.

Especificamente, como a assembleia funcionaria na prática, quanto à forma de eleição ou nomeação dos membros, a periodicidade das reuniões e a articulação com a presente Assembleia Municipal e que diferenciação haveria face ao já existente Conselho Municipal da Juventude.

Por outro lado, como se propõe a chamar os jovens que já se encontram desmotivados ou alheios à esfera política, visto que a proposta parte do pressuposto que os jovens que participariam desta assembleia já têm um breve interesse pela política. No fundo eram estas questões que gostaria de ver esclarecidas.

Francisco Cabral (PSD) – Em resposta à CDU, isto não é um simulacro de participação, aliás, estranho em ouvir isto, sobretudo, quando o Município de Sesimbra faz exatamente o mesmo.

Em relação às questões da deputada do PAN, dizer que a diferença entre o CMJ e a Assembleia, é que o CMJ, de facto, é um órgão consultivo e, portanto, a participação é feita através de associações e essa assembleia funcionaria à semelhança do Parlamento dos jovens a nível nacional no mesmo espectro, aqui a diferença é que seria trabalho feito com o apoio da Assembleia Municipal de Setúbal para aproximar o Poder Local.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 16 votos contra da CDU e uma abstenção do BE.



3. Recomendação “Apoio às pessoas em situação de Sem-Abrigo no Concelho de Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Muito rapidamente, só para contextualizar para quem nos ouve em casa. Apresentamos aqui uma recomendação para uma resposta eficaz e coordenada ao problema das pessoas em situação de sem-abrigo que se tem visto e aqui na baixa pelo menos vê-se algumas.

O que é que nós estamos a recomendar? Um diagnóstico social atualizado, um plano municipal de apoio, mais equipas na rua, integração socioprofissional, acesso facilitado à saúde e valorização do voluntariado. Nós defendemos um modelo sustentável que aposta na integração e autonomia e não apenas na resposta de emergência. Devemos lutar por uma sociedade onde ninguém fica para trás, mas onde todos têm a mesma oportunidade de recomeçar. É isto que pretendemos.

Joana Tomé (CDU) – Todas as ferramentas, reforços e planos de apoio que a moção propõe já existem. O diagnóstico social com recurso à equipa técnica radar social de Setúbal e o plano de desenvolvimento social têm, de facto, sinalizado a necessidade de investimento nestas respostas e a este propósito o Município tem já em fase de adjudicação da obra a intervenção no Palácio do Quebedo para alojamento temporário em apartamento partilhado ou de reinserção e a intervenção em três edifícios na Rua Arronches Junqueiro para o alojamento de transição para vítimas de violência doméstica.

Deve destacar-se, ainda, o trabalho do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo de Setúbal que assenta numa parceria local e também o trabalho das IPSS e grupos de voluntários que diariamente intervêm articulados com os serviços públicos locais e nacionais.

O Município tem pretendido, assim, a consolidação de uma abordagem estratégica, multidisciplinar de atuação centrada nas pessoas articulando as áreas sociais de saúde e emprego com a prestação de cuidados, em particular, psicossociais de qualidade.

Por fim, não podíamos deixar de notar que se identifica a crassa falta de profissionais, a falta de recursos e a ausência gritante de políticas e medidas concretas do Governo neste contexto. Neste sentido, vamos abster-nos nesta votação.

Mariana Crespo (PAN) – Quero aproveitar esta oportunidade e, se possível, questionar aqui o executivo pedindo uma caracterização dos casos e o apoio atual já existente às situações identificadas de pessoas sem-abrigo, especificamente as dez pessoas aqui referidas que pernoitam na rua.

Presidente da Mesa, em substituição – Senhora deputada, Mariana Crespo, o executivo já esgotou o seu tempo, aliás, já gastou 2 minutos e 15 para além do tempo que tinha. Enfim, intervir numa matéria destas em que é uma recomendação, acho que não faz sentido neste momento.

Estão aqui a sugerir e muito bem, para a senhora deputada, se quiser, fazer o requerimento por escrito, será informada sobre esta situação para poder depois ter conhecimento da situação.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 abstenções da CDU.

4. Recomendação “Reforço da Iluminação Pública no Concelho de Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Simão Calixto (CDU) – Não temos grandes questões em relação a isto, acompanhamos.

A Câmara tem feito um grande esforço neste sentido e propúnhamos que se retirasse o ponto 4, uma vez que isto já decorre de um contrato que a Câmara tem com a E-Redes e à qual compete fazer estes planos.



De resto, estamos inteiramente de acordo, só propúnhamos a retirada deste ponto para que possamos votar a favor.

Flávio Lança (IL) – O ponto 4 está aqui, porque nem toda a zona de Setúbal está adstrita à E-Redes, sei que aqui na Baixa há algumas zonas que são da responsabilidade da Câmara Municipal e por isso é que colocámos este ponto aqui.

Não vejo aqui necessidade de tirar, se entenderem votar ponto a ponto para votarem contra este ponto que não concordam, estou disponível para isso.

Mariana Crespo (PAN) – Com base nos seus considerandos relativos à segurança humana, estamos de acordo e iremos acompanhar, naturalmente, a presente recomendação, contudo e embora mencione sustentabilidade a recomendação não aborda a questão da poluição luminosa que pode afetar a fauna, a flora e até saúde humana.

A nosso ver, qualquer plano de iluminação deverá incluir igualmente diretrizes para minimizar impactos negativos como direcionamento adequado das luminárias e intensidade ajustável.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

5. Recomendação “Reforço da Prevenção e Sensibilização dos Riscos Naturais em Setúbal” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Ana Rita Drouillet (CDU) – A questão que temos vontade de fazer ao deputado Flávio Lança, é se cada vez que vai haver um tremor de terra vai trazer este tipo de recomendações? Porque realmente se há alguma coisa que é feita neste território são planos de prevenção para os tremores de terra.

Tenho aqui vários elencados, há o mapeamento das zonas vulneráveis na Baixa, há os exercícios anuais na escola que foram feitos no mês de novembro, há o exercício anual da ANEPC que é o “Terra Treme” que também é feito nas escolas, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, etc., etc., etc., estão todos disponíveis no site do Município.

Realmente achamos que esta recomendação, tal como na precedente, não se justifica e, por isso, iremos votar contra.

Flávio Lança (IL) – Não tive oportunidade de apresentar a moção, mas na prática, eu até diria elogiar o município dizendo que tem feito um trabalho importante na prevenção dos riscos naturais, mas esta recomendação aparece porquê? Porque sempre que ocorre um evento vemos declarações públicas dos municípios, nos órgãos de comunicação social, que, aparentemente, não sabem e não percebem o que é que têm para fazer.

Este é um reforço apenas para perceber se os meios que estão a ser utilizados são os mais adequados e se estão a chegar às pessoas, foi este o objetivo da recomendação.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, 19 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN, 16 votos contra da CDU e uma abstenção do BE.



II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Preservar a memória do horror: ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal reafirma o seu compromisso na preservação da memória do holocausto e no combate a todas as formas de ódio e intolerância, no entanto, esta moção é historicamente seletiva e carregada de ideologia. Não podemos falar de crimes contra a humanidade e esquecer os milhares de vítimas do regime soviético que sofreram no seu próprio território com o Holodomor, os Gulag e as execuções em massa.

A luta contra o ódio não pode ter dois pesos e duas medidas, a história deve ser lembrada como um todo sem narrativas parciais que ignoram crimes cometidos por regimes totalitários de qualquer ideologia. Por isso, a Iniciativa Liberal vota contra esta moção, pois não compactua com a manipulação da história para fins políticos, a defesa dos direitos humanos exige coerência e não distorções.

Luís Maurício (CH) – A bancada do Partido CHEGA acompanha com atenção a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, em particular, no que diz respeito à abordagem do terrível legado de Auschwitz do holocausto. No entanto, mais uma vez, o Bloco de Esquerda opta por simplificar questões complexas, amalgamando temas distintos no mesmo discurso que resulta numa nazi reducionista e pouco clara comparável à sopa da pedra.

Ficámos a saber, através desta moção, que o Bloco de Esquerda considera Israel um estado fascista, uma afirmação controversa historicamente questionável especialmente quando se considera Israel num contexto pós 2ª Guerra Mundial, um período marcado por extrema violência e perseguição contra o povo judeu.

É importante recordar que foi precisamente durante esse conflito que a população judaica enfrentou um dos maiores genocídios da história, o que torna a comparação com o regime fascista particularmente insensível e inadequada.

Ademais observamos com estranheza e por omissão por parte da extrema-esquerda de qualquer menção às vítimas do comunismo, cujo sofrimento foi em diversas ocasiões e por várias razões equiparados às vítimas do fascismo.

Esta ausência revela uma seletividade na abordagem histórica que por ser ignorada por tamanha hipocrisia e falta de rigor na análise dos factos históricos, devemos levar o nosso coração contra esta votação. Acreditamos que a discussão de temas tão sensíveis e complexos deva existir com um maior aprofundamento e respeito pelas vítimas de todos os regimes opressivos sem distinção.

Paulo Lopes (PS) – Eu gostava de começar pela intervenção do senhor deputado Flávio Lança da Iniciativa Liberal, porque falou aqui na questão de ideologia e quando falamos em temas como este, que são temas muito sérios, como disse o deputado Luís Maurício, é mesmo uma questão de ideologia que estamos a falar e por isso iremos acompanhar a moção e votar favoravelmente.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 16 da CDU, 10 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, 2 votos contra, 1 do CH e da IL, e 6 abstenções do PPD/PSD.

2. **Moção “Expansão do solo urbano: o desastre anunciado” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paulo Lopes (PS) – A competência de planear, ordenar e urbanizar o território em cada município é dos órgãos municipais. Uma boa gestão do território, designadamente urbanística, confere mais transparência ao processo e mais responsabilidade.

A atual Lei de Bases de Ordenamento do Território e Urbanismo, em vigor desde 2014, consagra a classificação do solo como solo urbano e rústico e a respetiva afetação. A Lei de Bases e o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, em vigor desde 2015, coloca um ponto final na classificação de solo urbanizável que inundava os PDMs como de solo urbano se tratasse. Existiu assim uma clara clarificação sobre a classificação dos solos que foi muito positiva, mas um Plano de Ordenamento do Território não é um documento rígido, nem estático, muito pelo contrário, é um documento que tem de servir os interesses da comunidade nas suas mais variadas vertentes, habitacional, económica, ambiental, cultural, etc.

Esta lei, com algumas das alterações propostas pelo Partido Socialista, irá permitir aos municípios a reclassificação do solo rústico em urbano a título excecional, sem ter de passar pela teia burocrática de uma verdadeira embrulhada de normas, leis e procedimentos que por regra demoravam anos. A competência é dos órgãos municipais, Câmara e Assembleia Municipal, ponto.

Por outro lado, os procedimentos a seguir são mais simples introduzindo simplificação e coerência, determinando de forma muito clara áreas ou zonas proibidas de reclassificação, portanto, há áreas claramente que são proibidas de reclassificação e isto é um facto muito importante, assim como na definição dos objetivos a atingir, nomeadamente construção de casas a custos controlados ou para renda acessível, assim como a obrigação de existir uma continuidade face a um espaço urbano existente.

Consideramos que a simplificação destes processos pode contribuir para mais transparência e que ela própria seja dissuasora de atos que potencia corrupção, pois muitas das vezes sabemos que existe sempre alguém disposto a vender facilidades num sistema complexo e obscuro.

Termino como inicie a minha intervenção, a competência de planear, ordenar e urbanizar o território de cada município é dos órgãos municipais, Câmara e Assembleia Municipal, e não reconheço maior idoneidade de técnicos de outros organismos do que aos autarcas de um município, os eleitos pelo povo para decidirem nesta matéria.

Mariana Crespo (PAN) – Iremos acompanhar a presente moção, porque, por uma questão de princípio, acreditamos que devemos apostar na reabilitação das habitações existentes antes da construção de novas. Além disso, a lei em causa não só não dá resposta, a nosso ver, à crise habitacional que o país enfrenta como potencialmente aumenta os riscos de corrupção ao nível das autarquias locais.

Por outro lado, também, nos preocupa o potencial atropelo de questões ambientais que deviam, neste momento, ser também uma urgência para o país.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um da CDU e um do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com o voto de qualidade do Presidente da Mesa para desempate, com 18 votos a favor, 16 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, e 18 votos contra, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal votou contra esta moção, porque acreditamos no Ordenamento do Território que respeite o equilíbrio entre o desenvolvimento e a sustentabilidade sem entraves à iniciativa privada e sem bloqueios ao crescimento das cidades.*

Esta moção pretende revogar uma lei que facilita o crescimento urbano sem apresentar alternativas viáveis. Impedir a expansão das cidades reduz a oferta da habitação e mantém os preços elevados, prejudicando quem procura casa.”



Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “É necessário criar condições para que o problema da falta de habitação a preços confortáveis seja resolvido.

A reclassificação dos solos rústicos para solos urbanos para fins habitacionais, está sempre sujeita ao crivo apertado de um conjunto de requisitos legais cumulativos como a reclassificação do solo urbano que só poderá acontecer na contiguidade do solo urbano para existente, 70% da área de construção a nível do solo à habitação acessível ou de valor moderado, a delimitação da unidade de execução por via da alteração do Plano Diretor Municipal, alterações que serão sempre analisadas e votadas nos órgãos autárquicos. Pelo dito, não podíamos aprovar esta moção.”

3. Moção “Solidariedade com o Povo Ucraniano por ocasião do 3.º aniversário da agressão da Federação Russa a 24 de fevereiro de 2022” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paulo Lopes (PS) – Uma rápida introdução, visto que a moção foi distribuída a todos os deputados.

Nesta passagem dos 3 anos da invasão russa sobre o território ucraniano, o Partido Socialista propõe aqui uma moção em que a Assembleia Municipal delibere manifestar a sua solidariedade com o povo ucraniano, enaltecendo a sua resiliência e resistência.

No segundo ponto, apelar ao fim desta guerra, ao reforço do diálogo diplomático, onde a Europa e a Ucrânia têm que fazer parte desse diálogo diplomático e que os territórios que foram ocupados sejam restaurados na sua total soberania ucraniana.

Simão Calixto (CDU) – Primeiro quero sugerir que pudéssemos fazer discussão conjunta desta moção e da moção da Iniciativa Liberal, visto versarem sobre o mesmo tema e depois votar separadamente, naturalmente.

Presidente da Mesa, em substituição – Não sei, não vejo nada a opor, não sei se o PS se opõe, se não houver oposição vamos discutir as duas moções, tendo em conta que versam a mesma temática e depois são votadas em separado, como é óbvio.

Luís Maurício (CH) – A bancada do CHEGA vem por este meio manifestar o seu apoio e acompanha uma moção que assinala o 3º aniversário da agressão russa à Ucrânia.

Reiteramos a nossa solidariedade para com o povo ucraniano que tem, entretanto, passado por imensos sacrifícios e sofrimento ao longo deste conflito. O CHEGA acompanha com interesse as propostas apresentadas e vê com bons olhos os desenvolvimentos registados na última semana, nomeadamente os esforços diplomáticos e iniciativas que visaram alcançar a paz.

Acreditamos que a estabilidade e a resolução deste conflito são essenciais não apenas para a Ucrânia, mas para a toda a comunidade internacional. Neste contexto, a eleição do Presidente Donald Trump poderá apresentar uma oportunidade significativa para avançar rumo a uma solução pacífica. Acreditamos que com a sua liderança a paz na Ucrânia poderá deixar de ser um sonho distante para se tornar uma realidade tangível e alcançável.

Desejamos acima de tudo paz, o povo ucraniano já sofreu demasiado e o nosso dever coletivo é trabalhar para o fim deste conflito, para a garantia, soberania, liberdade e a dignidade da Ucrânia.

Simão Calixto (CDU) – Ficámos particularmente agradados por finalmente a Iniciativa Liberal, o PS e, pelos vistos agora também o CHEGA, colocarem a defesa da paz como objetivo. Bem-vindos!

Bem-vindos a esta importante luta pela paz, tal e qual como aquilo que sempre defendemos e temos sido, ao longo destes três anos, acusados de ser Putinistas. Obrigado por finalmente se juntarem ao lado certo da história, ao lado da defesa da paz como objetivo.

Em relação à moção do PS, ficámos também particularmente agradados com o facto de reconhecerem aquilo que dizemos há três anos, a paz na Ucrânia só será possível com negociações com todos os intervenientes nesta guerra, os Estados Unidos da América, a União Europeia, a NATO, a Ucrânia e a Federação Russa. Ainda assim, discordamos em muito daquilo que são os considerandos desta moção, em particular, qual são os valores da União Europeia a que se referem? Será a União Europeia que deixa morrer centenas de milhares no Mediterrâneo? Ou a mesma União Europeia que apoia o genocídio na Palestina? Ainda assim e considerando apenas a parte deliberativa, votaremos a favor desta moção. Em relação à moção da Iniciativa Liberal, estando a da CDU, naturalmente, solidária com todas as vítimas de guerra e com todas as guerras, votaremos contra, pois, não nos revemos na dita paz que o imperialismo quer promover, da corrida às armas por parte dos países europeus, da contínua promoção da NATO à revelia da nossa Constituição e a rejeição que esta guerra tem mais promotores do que só a Federação Russa.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Moção “Solidariedade com o Povo da Ucrânia e Condenação da Agressão Militar” (IL) (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Esta é uma moção de solidariedade com o povo ucraniano, de condenação à agressão militar russa e defendemos nesta moção o respeito pela soberania e autodeterminação da Ucrânia, defendemos a condenação clara da violação do direito internacional pela Rússia, defendemos o reforço do apoio humanitário, diplomático e militar à Ucrânia, defendemos compromisso com a paz justa e duradoura que garanta a integridade territorial da Ucrânia.

A liberdade e a democracia não são negociáveis, a Ucrânia não luta só para o seu futuro, luta pelo futuro da Europa e dos valores que partilhamos. Apoiar a Ucrânia é defender a liberdade.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 votos contra da CDU.

5. Moção “Em defesa do Centro Hospitalar de Setúbal” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rui Lamim (PSD) – Eu proponho que seja alterado “*decisões políticas que visam a sua privatização e desvalorização*” por “*decisões políticas que comprometem a sua função*” em vez de “*privatização e desvalorização*”.

Presidente da Mesa, em substituição – Tendo em conta que o proponente não está de acordo com essa alteração, vamos votar a moção tal como ela foi apresentada.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor, 16 da CDU e 1 do BE, 16 votos contra, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL, e uma abstenção do PAN.



Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: “A Iniciativa Liberal votou contra esta moção, porque não queremos ficar presos ao passado, defendemos um sistema de saúde moderno, eficiente e focado no bem-estar das pessoas e não numa visão centralizadora que já demonstrou falhas.

A Iniciativa Liberal defende um Serviço Nacional de Saúde eficiente, acessível e sustentável focado na prestação de cuidados de qualidade à população e para isso é essencial debater soluções concretas e não apenas rejeitar qualquer mudança com base em dogmas ideológicos.

O Centro Hospitalar de Setúbal já não existe, foi integrado na Unidade Local de Saúde da Arrábida, o modelo que visa melhorar a coordenação entre os cuidados de saúde primários e hospitalares.

Se queremos discutir a realidade da Saúde em Setúbal, temos que basearmo-nos na nova estrutura e avaliar como garantir que funciona melhor para os munícipes. Esta moção não propõe soluções concretas limitando-se a criticar qualquer forma de demonizar o setor privado. A Iniciativa Liberal defende que um SNS forte pode coexistir com parcerias que garantam mais acesso e melhores serviços aos cidadãos.”

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “O nosso pedido de alteração não foi considerado, nós efetivamente somos pela defesa do Serviço Nacional de Saúde em Setúbal nas suas várias funções, mas este primeiro parágrafo que aqui está é um parágrafo que estraga todo este texto, porque crítica uma série de decisões políticas e está aqui escrito que visam a sua privatização e a desvalorização.

Os últimos governos não têm apostado na privatização e na desvalorização, muitos dos Governos, dos quais a CDU também fez parte... - pois esse é que é o problema e gera sorrisos - foi um dos Governos, dos vários governos, onde houve uma desvalorização clara e um desinvestimento claro no Serviço Nacional de Saúde. Se há aqui culpas? Há!

Hoje temos um Serviço Nacional de Saúde que tenta ser recuperado pelo Governo que existe sem o objetivo da desvalorização, como é óbvio, e onde não é necessário que seja só o Estado como único fornecedor dos serviços de saúde, porque ele nunca o foi e, por vezes, há muitos sítios onde o setor social e o setor privado servem de complemento àquilo que é o setor público para fornecer o que todos nós pretendemos, que é um Serviço Nacional de Saúde que seja abrangente para todos os portugueses.”

Marco Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “No tempo do Governo PS o Serviço Nacional de Saúde e o Centro Hospitalar de Setúbal deram provas provadas, em tempo de pandemia, da sua importância inequívoca através da resiliência, estoicismo dos governantes, administradores, profissionais e parceiros. O Governo do PS deixou, também, em aberto procedimentos concursais que permitissem atenuar algumas carências, como também deixou em obra e em execução a tão aguardada ampliação do Hospital de São Bernardo, de forma a salvaguardar os seus serviços e especialidades e proporcionar melhor resposta aos utentes de Setúbal e Azeitão e concelhos limítrofes.

Para todos nós, creio que é uma evidência desadequada de distribuição de recursos humanos na saúde a nível nacional, nomeadamente, na classe médica. Mas esta moção da CDU mais parece um número político de quem não está devidamente informado ou de quem procura desacreditar a atual administração da Unidade Local de Saúde Arrábida.

O serviço de Urologia referido nesta moção, tem uma direção, está a dar respostas aos utentes, bem como os demais serviços em funcionamento na Unidade Local de Saúde da Arrábida. Exemplo disso são os procedimentos concursais que estão, neste momento, em curso para a Direção e Coordenação Médica de todos os serviços do Hospital de São Bernardo, assim como existem planos de desenvolvimento estratégico e de integração na rede de resposta de urgência em áreas clínicas mais carenciadas em recursos humanos, como, por exemplo, na ginecologia/obstetrícia ou na pediatria.

Então o que moverá a CDU a apresentar uma moção como esta, com base no lugar de não funcionamento ou eventual fecho de serviços, falta de condições profissionais e não resposta atempada aos utentes? Estas moções com factos não verosímeis, afirmações não fidedignas prestam melhor serviço a quem queira desmembrar e destruir o SNS do que a quem o queira defender.

Já agora, a CDU devia também estar preocupada em questionar o executivo da Câmara por que razão este ainda não indicou o vogal representante da autarquia no Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Arrábida e se não seria adequado estarmos aqui hoje a receber a devida informação com conhecimento real de causa por este representante que a autarquia já devia ter nomeado.”

6. Moção “Apoio às lutas dos trabalhadores da Administração Pública” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Manuel Fernandes (PS) – O Partido Socialista respeita todas as formas de manifestação dos trabalhadores portugueses, sejam eles da Administração Pública Local ou do setor privado ou da Administração Pública Central. Enquanto partido responsável e comprometido com uma governação equilibrada, o Partido Socialista enquanto Governo nunca deixou de valorizar os funcionários públicos, exemplos disso, o Decreto-Lei 65/2019 de 20 de maio, que regulou o modelo de recuperação do tempo de serviço e o Decreto-Lei 75/2023 de 29 de agosto, que estabelece um regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo ao emprego público. A todos eles obviamente, desde 2005 até 2017 o tempo de serviço tem sido respeitado e recuperado, portanto, o Partido Socialista sempre respeitou e continuará a respeitar a negociação coletiva.

Nesse sentido, esta bancada do Partido Socialista respeita, também, o acordo de valorização dos trabalhadores da Administração Pública que dá continuidade ao acordo de médio prazo iniciado em 2022 com o anterior Governo, do Partido Socialista, que tinha como horizonte até 2026.

Se os atuais, e que foram os anteriores também parceiros sociais fecharam um acordo com o atual Governo, nós também esse respeitamos.

Luís Leitão (CDU) – Relativamente ao acordo de médio prazo, achamos que o acordo é curto, não serve sequer para dar resposta àquilo que vem sendo o aumento do custo de vida e, independentemente de alguém ter assinado, nada impede os trabalhadores de lutarem e de dizerem livremente que estão a ser mal remunerados, nomeadamente os trabalhadores da Administração Pública. Tanto que é assim, que lutaram no dia 26, lutaram no dia 27, lutaram no dia 28 e manifestaram-se também no dia 28 exatamente contra esse acordo de médio prazo, independentemente de quem tenha assinado ou permitisse assinar, porque entendem os trabalhadores e entendemos nós que os apoiamos e que estamos com eles na luta, que os 52€ ou os 56€ de aumento salarial é pouco, não chega e como a progressão das carreiras deve ser revista, também a tabela remuneratória única.

Não é uma questão de respeito, não é uma questão de ter dois ou três ou quatro a assinar, é uma questão do aumento salarial ou se o que as pessoas ganham chega ou não chega para fazerem a sua vida mediante o que vai sendo o aumento do custo de vida, que é isso que a moção desenvolve e como as questões que se prendem com a contratação coletiva, que cada vez mais se vai assinando acordos por baixo e cada vez mais existem mais trabalhadores a ganharem o salário mínimo nacional, quando o que devia de existir era um progresso social e que as pessoas ganhassem mais, ou ganhassem para além do salário mínimo nacional.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um do PPD/PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor, 16 da CDU e 1 do BE, 5 votos contra do PPD/PSD e 13 abstenções, 10 do PS, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Alexandre Teles (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “Nós votámos contra esta moção, porque se nos basearmos só ao título, claro que somos completamente a favor do apoio de luta dos trabalhadores da Administração Pública e de todos os outros trabalhadores que existem e nós concordamos com isso, mas não concordamos com alguns considerandos que estão da moção.”

Voltam aqui demagogicamente a falar dos lucros líquidos dos grandes grupos económicos, tendo em consideração que muitas destas empresas são elas que alavancam o ordenado médio a nível nacional, só elas têm um ordenado muito superior de nível entrada no mundo do trabalho e alavancam muito o salário mínimo. Podemos ter aqui um pequeno exemplo, como a Caixa Geral de Depósitos, 1,7 mil milhões de lucro, que não é uma privada e entre outras coisas.

Também deixo aqui uns pequenos exemplos, que o PSD como Governo tem feito nos últimos tempos, os médicos, acordo nas negociações sobre a carreira que prevê um aumento salarial médio de 10% até 2027, os enfermeiros, o acordo consiste num acréscimo que equivale a 6 níveis remuneratórios até 2027. Na prática esta valorização representa um aumento remuneratório de cerca de 300 euros, cerca de 24 % em 1 de janeiro de 2027, sem prejuízo dos aumentos remuneratórios anuais aplicados à Administração Pública.

Os professores, reposição do tempo de serviço dos docentes, Bombeiros Sapadores em início de carreira com aumento de 779 euros até 2027.

Forças de segurança assinaram um acordo de atribuição do suplemento de risco aos agentes e guardas que se traduz num aumento faseado de 300 euros até 2026, o aumento será de 200 euros em 2024 e 50 em 2025 e 2026.

A revisão de carreira dos oficiais de Justiça, acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da Administração Pública para o período 2025 a 2028.

Outras medidas mais gerais, redução do IRS até ao 6º escalão, logo em 2024. Para 2025, antecipando a atualização de escalões de IRS em 4,6, quando a inflação prevista era de 2,3, sublinhando que os escalões de IRS são atualizados no dobro da inflação prevista. Alargamento do IRS jovem até 35 anos chega a 350 a 400 mil jovens e um salário mínimo que vai ser, se tudo continuar assim, 1.020 euros em 2028.

Claro que todos queríamos muito mais.”

7. Moção “Pela melhoria dos transportes públicos” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – Só um pequeno reforço em relação a esta moção da CDU, que é de salientar a petição pública com mais de 8 mil assinaturas que está em apreciação na Assembleia da República, que apela à inclusão do passe navegante na travessia do Sado aqui esquecida e com a sua inclusão, mesmo com este ou outro contrato de concessão público-privada, já beneficiaria no imediato ou a curto prazo milhares de cidadãos com acesso e mobilidade à Península e praias de Troia.

Luís Maurício (CH) – A CDU não fez o trabalho de casa, porque há aqui algo que não está correto, neste momento a Atlantic Ferries já não é proprietária da concessão, porque já foi vendida ao grupo ARO esta semana, na segunda-feira, e nem a Sonae tem alguma participação na concessão.

Agora, o próximo proprietário é do grupo ARO, é um fundo inglês e vamos ver o que é que vai surgir quando eles tomarem posse. Vão tomar posse no início de abril.

Manuel Fernandes (PS) – Sei que tenho muito pouco tempo, mas no tempo que o Sr. Presidente me poder dispensar, e agradeço por isso, tenho aqui apenas três considerandos que gostaria de dar numa moção à qual o Partido Socialista se vai abster.

Recordar que o Passe Navegante é uma iniciativa do Governo do Partido Socialista, é bom que se diga que a iniciativa do Passe Navegante é do Partido Socialista, obviamente, em conjunto com as Câmaras da região, não apenas com a Câmara de Setúbal, mas com todas as outras Câmaras.

Em segundo lugar dizer que, no ponto 3 da recomendação ao Governo, o resgate do contrato de concessão viola, em nosso entender, ou pode violar o Código dos Contratos Públicos, uma vez que existem condições tipificadas na lei, nomeadamente no Decreto Lei que regula os contratos públicos, agora não me recordo do número, e esta afirmação ou a tentativa de resgate tem que ter situações objetivas que o justifiquem.

Depois dizer que a CDU é muito leste a criticar o Governo ou os sucessivos governos quando não cumprem, mas recordar que no Plano de Desenvolvimento de Setúbal, 21/26, estavam previstas algumas obras que este executivo não cumpriu até agora e no Plano Diretor Municipal atirou para as calendas, para o 8º ano do Plano Diretor Municipal, refiro-me ao prolongamento da 379 que liga Sesimbra a Azeitão e das variantes da circular interna e externa.

Simão Calixto (CDU) – Dei particular atenção às questões aqui colocadas pelo deputado Manuel Fernandes, mas ainda assim em relação àquela do CHEGA sobre a moção, relembrar que temos um prazo para entregar até quarta-feira e a notícia saiu ontem (quinta-feira) e não tivemos condições para atualizar, mas como o senhor disse, ainda não tomaram posse, efetivamente ainda é da Sonae, mas certamente não será por isso que os senhores votarão a favor.

Em relação ao deputado Manuel Fernandes do PS, de facto, o Passe Navegante é uma iniciativa dos municípios na AML e que o Governo subsidia, mas também há uma grande parte que é paga pelas câmaras. Foi uma proposta que foi aprovada na Assembleia da República, proposta pelo PCP e pelos Verdes no quadro da nova fase da vida política nacional. Os senhores do PS estarem a dizer que é uma proposta do Governo do PS é errado e falta à verdade, porque, de facto, é um projeto metropolitano que é pago por todos nós, inclusive pela Câmara de Setúbal, que contribuiu com muitos milhões para esta iniciativa que é muito importante para a mobilidade das populações na região.

Em relação à Estrada Nacional 379, o senhor não disse, mas, de facto, ela é uma Estrada Nacional, e compete ao Governo investir nessa estrada, não é à Câmara Municipal.

Chegou e começou a fazer parte dos trabalhos da sessão, o senhor deputado Nuno Gabriel do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor, 16 da CDU e 1 do BE, 9 votos contra, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, e 11 abstenções, 10 do PS e 1 do PAN.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal votou contra esta moção, pois, apesar de reconhecermos a necessidade de investimento, discordamos desta solução estatizante apresentada “proposta de resgate da Atlantic Ferries”, a moção não apresenta um estudo que demonstre que a estatização no resgate da concessão melhora efetivamente o serviço, nem se tal é legalmente possível.*

Não podemos, também, usar a Fertagus para fazer política, dizer-se que pediram mais horários, que vem mais comboios para Setúbal, que necessitamos de mais rotas e depois, quando se trata muitas vezes até de problemas estruturais que nem depende da Fertagus e a Fertagus já pediu mais comboios, mas as linhas estão sub capacitadas e não é possível passar mais comboios nas linhas, de repente apresenta-se uma moção deste género e, portanto, nós votámos contra com toda a convicção.”

Alexandre Teles (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Eu em seguimento do que o deputado Flávio Lança aqui disse e a nossa opinião, neste caso, é parecida, é idêntica, só quero reforçar que quando se diz que não se faz nada, não é fácil fazer tanto como nós temos feito em tão pouco tempo.*

Vou deixar aqui alguns pequenos exemplos, na linha do Sado, a CP vai substituir as atuais composições por outras com mais lugares sentados e de pé, que se traduz num aumento na capacidade máxima que pode ir até 62%, mantendo-se os tempos de percurso. A CP passa a disponibilizar mais 52 lugares sentados e 69 lugares em pé, ou seja, um total de mais 221 lugares, mais de 52%. Em carga normal e em situações excecionais de pique a procura poderá ascender a 330 lugares, mais 62% que a frota atual.

Também a partir do último dezembro, a circulação dos comboios da Fertagus que ligam Lisboa e Setúbal passaram a fazer-se todos os dias de 20 em 20 minutos, o aumento de horários decorre com o alargamento de contrato de concessão até 31 de março de 2031. Este aumento de horários, tanto nos dias úteis como aos fins de semana e feriados, traduziu-se num crescimento de 73% dos lugares oferecidos aos dias úteis e 72% aos fins de semana.

Todas estas alterações e com o aumento excepcional de procura tem um período inicial de adaptação e de ajuste e normalmente poderá gerar alguns constrangimentos que já são do conhecimento geral, mas com calma e algum tempo, mais tarde ou mais cedo, todos vamos reconhecer os ganhos das mesmas.

Dou um pequeno exemplo, em 2022 a Carris Metropolitana de Lisboa na área 4 entrou com uma alteração dos TST para a Alsa Todi e todos nós sabemos os constrangimentos que teve na altura, claro que isto não é comparável, mas há sempre um período de adaptação e de resultado.”

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR

1. **Saudação “8 de Março, Dia Internacional da Mulher” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 37, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

2. **Saudação “8 de Março – Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta e aspiração das mulheres à emancipação social” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

3. **Saudação “Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Fazer aqui só uma breve resenha histórica, porque a saudação está plasmada nos documentos que foram entregues a todos os deputados da Assembleia.

Nos 239 anos da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, nós enalteçemos e destacamos as seguintes efemérides, por exemplo, a criação desde a segunda metade do século 18, nomeadamente a 21 de fevereiro de 1786, quando foi instituído o Serviço Municipal de Extinção de Incêndios. Depois destacamos, também, por meados do século 19, na segunda metade de 1864, onde foi criado o primeiro Regulamento dos Bombeiros Municipais de Setúbal. Depois, já no século 20, primeira metade do século 20, nomeadamente em 1934, um período muito negro da história global da nossa humanidade e do nosso país que, mal ou bem, foi passando pelos intervalos da chuva no que diz respeito à opção que o mundo passava, deu-se a criação do 1º Comandante Militar dos Bombeiros em Setúbal.

Depois, numa época já mais próxima, mas algo distante, na segunda metade do século 20, em 1951, deu-se a organização do Corpo de Bombeiros que passou a ser de nível nacional. Em 1982, já grande parte de nós aqui presentes já eramos nascidos, com toda a certeza, uns mais jovens e outros menos jovens, deu-se a criação da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, na qual a Câmara Municipal de Setúbal sobre a direção e presidência de Francisco Leonel Rodrigues Lobo, eleito na altura pela APU, agora denominada CDU, soube reconhecer a mais valia de possuir no nosso concelho uma Companhia de Bombeiros Sapadores, quer pelo aumento da sua capacidade na ação, quer pelo apuramento na sua profissionalização.

Saudamos, pois, a gestão dos eleitos na altura da CDU e na altura também da APU e bem como de todos os Sapadores que estiveram na origem, na génese da criação da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Aos atuais Bombeiros Sapadores de Setúbal, queremos saudar a sua disponibilidade por estarem sempre ao lado das populações na prevenção e no combate a incêndios, no combate às populações e a naufragos e buscas subaquáticas, no socorro e transporte a acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar no

contexto do Sistema Integrado de Emergência Médica, a participação em outras atividades de Proteção Civil, por exemplo. São missões de valor inestimável para todos os residentes em Setúbal, para quem nos visita e para o nosso turismo, por assim dizer.

Saudamos, ainda, o esforço financeiro que tem sido levado a cabo pela Câmara Municipal de Setúbal, apesar dos constrangimentos financeiros impostos, ainda assim, avançou-se com o reforço da capacidade operacional com a abertura de uma recruta para 20 novos Bombeiros Sapadores. Já sabemos que não estão os 20 recrutas em formação, mas com o grau de exigência que caracteriza a formação de um Bombeiro Sapador, com toda a certeza que os que restarem serão eficientes na sua missão. Neste caso, com a renovação também do reforço da frota, quando foi adquirida uma nova viatura de combate a incêndios aumentando desta forma a capacidade de resposta à nossa população.

Saudamos, também, ainda a regularização e a atualização do litígio institucional havido até há bem pouco tempo entre as Administrações Central e Local e os Sapadores. Sanado que foi em benefício dos nossos Sapadores e bem assim de todas as Companhias de Bombeiros Sapadores do nosso país Portugal.

Saudamos, finalmente, com um forte abraço institucional todos os Sapadores Bombeiros.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Voto de Saudação “Dia da Discriminação Zero” (PAN) (conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

5. Voto de Repúdio pelos epítetos dirigidos a uma deputada da Assembleia da República (PS) (conforme documento registado sob o n.º 41, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Nuno Gabriel (CH) – Este voto de repúdio que está aqui não é mais que uma mentira. Eu transformaria este voto de repúdio, porque estou lá e oiço e também sou ofendido, não há bancada mais ofendida, não há deputados mais ofendidos naquela casa que os deputados do CHEGA.

Riam-se muito e acham piada, mas se for outra a ser ofendida fazem isto, para vocês há pessoas de 1ª e pessoas de 2ª. Não estava à espera de ver isto da vossa parte, mas fica registado.

Dizer, também, que dentro da mentira ainda conseguem ir mais profundamente na mentira, que são estas palavras que estão aqui “aberração”, “drogada”, “parece uma morta”, se escreveram é porque não tinham medo das palavras. Estas palavras não foram dirigidas, se é que foram, à pessoa que está aqui apontada, sejamos corretos na análise.

Isto devia ser um voto de repúdio à deputada Isabel Morelra, é uma vergonha como os deputados do Partido Socialista se comportam naquela casa.

Hoje vim aqui propositadamente para dizer isto, queria ser eu a dizê-lo. É uma vergonha a forma como os deputados da bancada parlamentar do PS se comportam naquela casa, eles sim, parecem uns autênticos animais, às vezes.

Rui Lamim (PSD) – Uma proposta a quem escreveu este voto de repúdio, eu proponho que retire as referências ao Doutor Aguiar-Branco.

Presidente da Mesa, em substituição – Se percebi, propõe que seja retirada a referência que é feita no voto ao Sr. Presidente da Assembleia da República, Aguiar Branco, é isso?

Paulo Lopes (PS) – Cumprimentar o deputado Nuno Gabriel que veio aqui de propósito só porque se sentiu tocado por este voto de repúdio. Nós aqui nesta Assembleia Municipal também não iremos permitir que o CHEGA transforme esta Assembleia no circo que vocês tentam transformar diariamente a Assembleia da República.

Quando vem aqui dizer e tratar os deputados do PS por “autênticos animais” é continuar nos epítetos da “aberração”, da “drogada”, “pareces uma morta” que os senhores fizeram os comentários e que foram apanhados ao vivo e em direto, a cores e em stereo.

Não há aqui mentiras, o que os senhores estão habituados é a enxovalhar os outros e depois sentem-se ofendidos e quais “virgens intocáveis” do alto da vossa moralidade que todos nós nos últimos dias percebemos que não a têm.

Portanto, não vamos retirar uma palavra deste voto de repúdio que, inclusivamente, já foi também aprovado por unanimidade na reunião de Câmara e entendemos que cabe também à condução dos trabalhos na Assembleia da República, daqui a referência ao Presidente da Assembleia da República, impedir que esse achincalhamento à democracia continue na Assembleia da República prevaricado pelo CHEGA constantemente.

Vanessa Silva (CDU) – Quero apenas colocar de forma muito breve que, apesar de formalmente se tratar de uma questão do funcionamento da Assembleia da República, é um atentado contra a democracia aquilo que aqui está descrito e é repugnante a forma como estes comportamentos acontecem e não podemos deixar de votar favoravelmente este voto de repúdio.

Vítor Rosa (BE) – Vivemos numa época em que a comunicação social, e não só, está ao clicar de um dedo ou ao toque de um dedo e temos todas as imagens para, de facto, reconhecer que este papel de vítima com que o CHEGA hoje se apresenta aqui, não tem lugar em lugar nenhum e nós acompanhamos este voto de repúdio do PS.

Nuno Gabriel (CH) – Não está aqui em questão a análise que é feita aos comportamentos, o que estamos aqui a analisar são os comportamentos que não existiram, isto só tem uma palavra, que é mentira, além do mais somos todos aqui humanistas e nós tivemos um candidato a Presidente da República apedrejado aqui perto e não ouvi da vossa parte uma palavra.

O que eu observo da parte dos deputados do Partido Socialista é que muitos comportam-se como autênticos animais. Reitero o que acabei de dizer à bocado.

Rui Lamim (PSD) – O senhor Presidente da Assembleia da República, o Doutor Aguiar Branco, tem tido um comportamento totalmente exemplar. Como Presidente da Assembleia da República tem cumprido e feito cumprir as normas regimentais que são definidas pelos próprios deputados. Mais, tem sido muito superior no que diz respeito ao tratamento à bancada do CHEGA que o anterior Presidente da mesma Assembleia, que não é por acaso militante do partido que escreve este voto de repúdio.

Estamos todos recordados dos poucos edificantes diálogos entre a Mesa do Plenário da Assembleia da República, por Augusto Santos Silva, e os deputados do CHEGA, talvez numa propositada promoção dessa bancada pelo abaixamento do nível.

Luís Maurício (CH) – Para responder à bancada da CDU, eles tinham antigamente a ex-Presidente Dores Meira que destratava toda a gente aqui dentro, todos os vereadores, deputados municipais, toda a gente.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de saudação aprovado por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 16 da CDU, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 2 votos contra do CH.

6. Voto de Pesar “Pelo falecimento de Maria Teresa Horta” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 42, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em honra da falecida.

Presidente da Mesa, em substituição – Antes de entrarmos no período da ordem do dia, o senhor deputado Ilídio Ferreira quer fazer o ponto de situação sobre as reuniões que a Comissão de Urbanismo e Mobilidade realizou sobre a questão do IMI, que foi uma proposta aqui apresentada pelo senhor deputado Flávio Lança, da Iniciativa Liberal, que depois deu origem a estas reuniões.

Ilídio Ferreira (PS) – Rapidamente, a justificação é porque a deliberação que foi aprovada apontava para a entrega do relatório nesta Assembleia e não foi possível, porque a Comissão realizou, até agora, três reuniões, uma com os membros da Comissão, outra da Comissão só com a Câmara e outra da Comissão com um grupo de construtores que pediu uma reunião à Comissão.

Na sequência dessas três reuniões, a Comissão, através de mim como coordenador, enviei para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal um pedido de um conjunto de informações que deverão ser recolhidas junto da Câmara, junto da Associação Nacional de Municípios e da Área Metropolitana e só após o recebimento dessas informações, que esperamos ter e que serão suficientes e necessárias, poderemos proceder à elaboração do dito relatório.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades referente ao mês de dezembro de 2024 e ao mês de janeiro de 2025 (conforme documento registado sob o n.º 43, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Alexandre Teles (PSD) – No que diz respeito à informação escrita do senhor Presidente, vou falar relativamente à parte financeira, nós fizemos aqui uma breve análise, é pena não haver aqui um relatório mais detalhado do final do ano de 2024, mas fazemos aqui um pequeno detalhe, as taxas de execução continuam a ser muito fracas, estamos a falar que, no final do ano, tivemos uma taxa de execução da receita de 48% e uma taxa de execução da despesa de 43%, e destes 43%, estamos a falar de 16% em termos de investimento.

Nesta pequena análise, temos aqui poucas questões, mas muito diretas e de resposta fácil, tem-se assistido a uma vitimização da Autarquia, mas o seu estado atual económico financeiro, é muito da responsabilidade dos diversos executivos da CDU, mas com estes resultados apresentados, constata-se um aumento de 10%, 4,7 milhões de euros em impostos diretos, e também de 10%, 712 mil euros, em taxas, multas e outras penalidades, totalizando aproximadamente 5,4 milhões de euros, retirados dos bolsos dos setubalenses, em comparação com 2023.

Existe alguma explicação para isto senhor Presidente? Qual é o resultado líquido no final de 2024?

Pelas minhas contas de merceeiro, deve ser acima de 20 milhões negativos, é assustador o caminho de gestão financeira desta Autarquia. Qual é que foi o resultado final de 2024?

Aqui não é referenciado, mas é de uma enorme importância, para o tecido empresarial de Setúbal, porque existe uma dívida a fornecedores no final de 2024. Qual será esta dívida?

Porque no final do 3.º trimestre, era de 30 milhões, e destes 30 milhões, 8 milhões já em dívida não corrente, isto sim, uma manelra engenhosa de financiamento a custos reduzidos.

O PSD, também não deixa de referenciar a má gestão dos empréstimos adjudicados a médio e longo prazo, quando significa aquela publicidade enganosa, de 500 mil euros de investimento em passadeiras, nem se sabe muito bem como é possível explicar e entender a transferência de verbas de manutenção e conservação corrente, para investimento.

Em palavras simples, deixar degradar ao ponto de não haver retorno, nem intervenção possível, aplica-se a um pseudo investimento, para penalizar os setubalenses por mais 20 anos, e mais, identificam-se algumas dessas passadeiras já intervencionadas, mantém os problemas crónicos de segurança.

Juntamos a esta política de degradação, de deixar chegar a um ponto de não retorno, a IMAPARK e a Praça de Touros, exemplos que vão pesar aos vários executivos da CDU, que por cá, passam.

Ilídio Ferreira (PS) – Umhas notas em relação ao relatório de atividades, desde logo a congratulação pela publicação de revisão do PDM, vinte anos depois do seu início, que se deu em 2005, com o Vereador Aranha Figueiredo, mas congratulamos.

Relativamente à parte financeira, o que sobressai para nós, é o facto dos impostos diretos terem subido 10% de 2023, para 2024, portanto, continuamos ainda com uma capacidade de arrecadação de receita de impostos favorável, foram mais 4,7 milhões de euros de crescimento. Preocupante, os juros e outros encargos, que tiveram um aumento de 22% de 2023, para 2024, e atingiram os 2,2 milhões de euros, em 2024.

Relativamente à execução do contrato de estacionamento tarifado, o relatório nada diz, a não ser que estão a acompanhar, mas depois, o senhor Presidente, já nos disse aqui algumas coisas que importam mais do ponto de vista prático.

Em relação a isto, gostaria de dizer ao senhor Presidente, o seguinte, nós estamos de acordo com ele, nunca deixámos de estar, quanto ao papel positivo do estacionamento tarifado, para a qualificação do espaço público, agora, dentro da dimensão que é razoável, mas felizmente, parece-me que a CDU, também já chegou à conclusão de que foi um exagero de lugares, de resto, basta continuar a passear pela nossa baixa, e verificar que os lugares de estacionamento tarifados vagos e os passeios cheios de carros, não qualifica o espaço público.

Gostaria no pouco tempo que tenho disponível, porque há pouco não o tive, de dizer ao senhor Presidente, que eu não me sentiria confortável, relativamente ao caso que aqui trouxe, pela forma como a Câmara, está a acompanhar aquele processo do ar condicionado, pelo seguinte, se do ponto de vista do Urbanismo, parece que não há nada a apontar, aquilo é um problema social e a Câmara, tem meios, penso eu, sociais, para poder tentar resolver aquele problema, também dá para perceber que há ali problemas de relações de vizinhança, mas é exatamente para isso, que eu acho que a Câmara tem Serviços Sociais, e deixo aqui ainda nesta altura, o meu apelo, para que a Câmara procure resolver o problema por essa via, se não conseguir paciência, há coisas de vizinhança e desse tipo que não se resolvem, mas se calhar é possível, e, pelo menos em nome dos dois idosos de 85 anos, deixo esse repto ao senhor Presidente.

Diamantino Estanislau (CDU) – Quería colocar duas questões, começava primeiro pelo Parque Urbano de Pinhal Negreiros, portanto, salientar e elogiar, pela inauguração da última fase de Pinhal de Negreiros, que foi no sábado passado, e dizer que este trabalho teve a colaboração dos moradores, que se constituíram numa Comissão, e no seguimento das reuniões que a Câmara, foi fazendo com a população, com o “Ouvir a População...”, e também se desenvolveu a partir de um incêndio em 2017.

Continuando com este trabalho, neste momento está a ser feita uma nova fase, que é a situação da desbaratização de Pinhal de Negreiros, em que está a ser levantada a canalização das águas e do tratamento dos esgotos, penso que é a fase seguinte, e que já iniciou, portanto, penso que em breve estará concluída.

Sobre a Estrada Nacional 379, que também aqui já se falou, pergunto ao senhor Presidente, qual o resultado dos contactos com as Infraestruturas de Portugal, para a sua reparação, nomeadamente, entre Vila Nogueira de Azeitão e o Concelho de Sesimbra e de Vila Fresca até ao limite do Concelho de Palmela.

Mário Aranha (PS) – Relativamente ao relatório de atividades destes dois últimos meses, sendo um documento que depois vai ser disponibilizado publicamente, eu apelo a todos os que nos estão a ver em casa, para lerem este relatório.

Gostaria de fazer aqui uma pequena introdução, da mesma forma que nós mostrávamos alguma perplexidade pelos anteriores relatórios de 500 páginas, que chegavam a pormenores assim um bocadinho “anedóticos”, que não vou referir aqui, da mesma forma que nós fizemos isso, também irei sempre referir e elogiar o trabalho feito pelos serviços da Câmara Municipal, pela forma como conseguem resumir, e apresentar de uma forma bastante escorreita, toda a atividade.

A questão aqui, é que, nestes dois meses, a Câmara, gastou 24 milhões de euros, vemos que, de facto, há muitas reuniões, muitos encontros, muitas participações em muitos projetos de pequena e média dimensão, mas depois realmente, vê-se muito pouco, não vemos neste relatório, a tramitação de processos para grandes investimentos privados produtivos, é referido *en passant*, que os serviços do Urbanismo, estão a rever a Legislação devido ao “+ habitação”, para simplificação, mas não há grandes projetos de digitalização, e que, de facto, facilitaria a vida aos munícipes, não há projetos de desburocratização e simplificação da máquina camarária.

Não há projetos relevantes para diminuir a pegada carbónica da Câmara Municipal, enquanto Entidade, e também, o que se verifica, é mais uma vez, dois meses, em que se na cidade, as coisas, são muito reduzidas, na Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, no Sado e em Azeitão, então são praticamente inexistentes.

Neste relatório, o que nós vemos, é que o que existe, são as mesmas propostas de há quatro anos, que não arrancam, que caem, que não existem, e que, de facto, foram mais quatro anos perdidos para o Concelho, mas, principalmente para estas três Juntas de Freguesia, portanto, para Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, é sempre referido, o sempre eterno, Parque Verde da Quinta da Amizade, parece, parece não, é o único investimento relevante, de facto, de uma Junta de Freguesia, com quase sete mil habitantes, o Sado, é como se não existisse, e em Azeitão, também são pequenos projetos, no qual também foram prometidos mundos e fundos para Azeitão, mas, de facto, Azeitão, está completamente esquecida e abandonada, é o que também se infere, por muitas palavras que este relatório tenha, é isso que se infere, e é esse espremido de concreto que nós retiramos do relatório que nos foi apresentado.

Simão Calixto (CDU) – Queria só fazer um reparo em relação à informação financeira, de facto, parece-me que em relação à informação do ano de 2024, em abril, teremos certamente oportunidade de apreciar o Relatório de Contas, e, portanto, aí sim, virá a informação toda com detalhe, para o senhor Deputado, Alexandre Teles, do PSD, poder avaliar com exatidão aquilo que se faz ou deixa-se de fazer neste âmbito.

Em relação ao Relatório de Atividades, que aqui, o senhor Presidente, nos trouxe, de facto, prova-se que esta Câmara, está em andamento, com um conjunto muito grande de iniciativas e de obras, para o desenvolvimento do nosso Concelho e nas várias Freguesias, nomeadamente, até em Azeitão, o senhor deputado, Mário Aranha, com certeza, não deve lá ir, mas o Mercado de Brejos, já está em construção e em grande andamento, e, portanto, é um exemplo de um investimento naquela Freguesia, até lhe dou mais, o investimento, por exemplo, no Auditório Cultural, que se vai fazer, que certamente, ainda se vão iniciar obras neste Mandato, entre outros que estão previstos, como a requalificação da rede de água e saneamento, pelos Serviços Municipalizados, naquela Freguesia, portanto, o senhor, certamente não deve sair de sua casa e não deve conhecer o Concelho, porque se fazem mesmo muitas obras por este Concelho fora. Referir também as obras de requalificação da Estrada dos Ciprestes, meio milhão de investimento, que estão em curso, a continuação do investimento no Parque da Várzea, com mais de um milhão de euros e fundos comunitários, neste investimento.

Continuam as requalificações dos Bairros Municipais na Bela Vista, com recurso aos fundos do PRR, está em curso uma requalificação do Centro de Recolha de Animais, em Poçoilos.

No âmbito da Cultura também um conjunto muito grande de iniciativas que se têm realizado, só nestes últimos dois meses, que vou destacar, começando pelo Natal, que foi um sucesso este evento aqui na Baixa, o Festival de Canto Lírico Luísa Todí, uma grande homenagem a essa maior setubalense, um conjunto muito alargado de atividades culturais do Teatro, do Desporto, prova que temos de facto, um Concelho dinâmico,

com uma equipa municipal ativa, e que promove o nosso desenvolvimento como um todo, é certamente gente de verdade, que está aqui com um projeto de futuro, e cá estamos para o continuar.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – O senhor deputado, Simão Calixto, disse ao senhor deputado, Mário Aranha, e disse bem, porque ele realmente não conhece, pelo menos a Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, ele não conhece, de certeza que nunca passou do *Intermarché*, para aquele lado de lá.

Já agora, aqui algumas questões, que eu penso que são importantes, em primeiro lugar, enaltecer o Executivo Municipal, por ter decidido logo no início do Mandato, a reversão dos Serviços, a implementação novamente dos Serviços Municipalizados, resgatá-los às Águas do Sado, que foi das piores coisas que aconteceram no nosso Concelho, foi a concessão dos Serviços Municipalizados, e com isso, este Mandato, tem sido um Mandato, embora com alguns atrasos, mas que permitiu na nossa Freguesia, que avançasse a 1.ª Fase do Saneamento Básico, concluída já neste momento, na Rua dos Sete olhos e parte da Rua Baía do Sado, também na Rua das Quintinhas, e uma obra que não estava em nenhuma Fase, mas que avançou, na Rua Brejo de Canes, entre a Rua 1.ª de Agosto e a Rua Quinta do Fragoso, e agora, com o arranque da 2.ª Fase, que são quase quatro quilómetros de saneamento básico e quatro quilómetros de abastecimento público, feito em simultâneo, portanto, com duas estações elevatórias, e anunciado na última reunião que se teve com os trabalhadores, a 3.ª Fase, que vai colmatar, mais uma grande zona, e com estes investimentos, vai reduzir em muito aquilo que eram as carências de saneamento básico, não vai resolver tudo, porque tivemos umas Águas do Sado, que tinham um único objetivo que era o lucro, e que nunca quiseram avançar com estes projetos, felizmente que veio para a esfera pública, e que a visão deste Executivo Municipal e dos Serviços Municipalizados, é servir as pessoas, é servir os territórios, não é só servir onde existe muita gente.

Dizer que, uma obra que não estava planeada, e que se não fosse os Serviços Municipalizados, nunca iria avançar, que é o Coletor, conhecido como o Coletor da Caiada, esta obra era para começar em 2026, mas derivado às obras que estão a decorrer no Parque Verde da Quinta da Amizade, entendeu-se e muito bem, de se conseguir fazer uma 1.ª Fase da intervenção, e essa obra está em marcha, na zona onde está a ser construído o Parque Verde.

O Parque Verde, também era uma miragem, mas as obras andam a bom ritmo.

Já agora, também aqui outras questões, que não são da responsabilidade nem da Junta e nem da Câmara, e que são coisas que se arrastam, e, mais uma vez solicito à Câmara Municipal, porque, provavelmente a Câmara, se calhar poderá conseguir com uma grande insistência algumas respostas, que a Junta não tem conseguido, em relação às Infraestruturas de Portugal, nós temos casos graves na Estrada Nacional 10, que devem ser resolvidos, na nossa opinião, era fundamental construir três rotundas, a primeira no Vale da Rosa, a segunda junto à Farmácia das Pontes, e outra na entrada do Bairro da Bonita, que era fundamental para que o trânsito fosse regulado e que fluísse de outra forma, portanto, estas rotundas iam contribuir para que a velocidade fosse mais moderada, e também um problema grave que nós temos, principalmente ao pé do Íbis, junto à Sado Internacional, e também, frente ao Restaurante Flor das Pontes, que é não haver passeadeiras, e em muitos destes sítios, não haver iluminação pública.

Nós, temos feito uma força muito grande junto das Infraestruturas de Portugal, mas, infelizmente nem resposta conseguimos ter, deixar aqui esta questão mais uma vez à Câmara Municipal, sei que também tem insistido, e que se deve continuar a insistir para ver se conseguimos resolver algumas destas situações.

Quero colocar aqui outra questão, que tem a ver com a Brisa, na variante, Alto da Guerra/Casas Amarelas, portanto, a ligação à autoestrada, quando esta variante foi construída, foram colocadas barreiras acústicas simplesmente ao pé da ponte, tem havido muitas reclamações da parte da população, e com razão, porque existem habitações a trinta metros da variante, e isto é uma situação que tem que ser resolvida, tem que se fazer uma força muito grande sobre esta matéria, porque é inadmissível haver habitações a cerca de trinta metros e não haver barreiras acústicas.

Deixava aqui estas questões, para que, também a Câmara Municipal, tentasse fazer um *forcing* maior sobre estas Entidades, para ver se as conseguimos ultrapassar, porque é muito difícil viver a cerca de trinta metros, isto pode-se verificar por exemplo, na Rua das Mimosas, há habitações a trinta metros da variante, e no que diz respeito a este assunto nem sequer temos conseguido ter resposta da parte da Brisa.

Manuel Esteves (PS) – Eu queria aqui confirmar realmente aquilo que foi falado aqui por alguns deputados nesta Assembleia, sobre algumas obras que têm sido executadas em Azeitão, mas não queria deixar de dizer o seguinte, a conservação é uma coisa, mas aquilo que foram para lá fazer com reuniões com os azeitonenses e promessas são outras, eu passo a citar.

O senhor Presidente, foi oferecer aos azeitonenses um Pavilhão Gimnodesportivo, já caiu!

O senhor Presidente, foi oferecer um Pavilhão Multiusos, já caiu! O senhor Presidente, foi dizer que ia arranjar a Estrada de São Gonçalo, dois quilómetros de estrada, ainda hoje está para se saber quando é que é feita! O senhor Presidente, disse que ia fazer o Auditório Municipal, como disse o senhor deputado Simão, e bem, ainda estamos para saber qual é a data em que está previsto o arranque.

É verdade, que o Mercado de Azeitão, está a ser executado!

Queria também lamentar o seguinte, depois de ter visto este Relatório de Atividade, analisei o seguinte, do PRR, foi uma pena deixarem cair a hipótese de se candidatar à extensão da Estrada 379, que é a variante de Sesimbra para Azeitão.

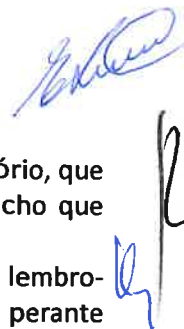
Azeitão, como todos nós sabemos, porque julgo que todos os deputados conhecem muito bem Azeitão, com certeza, sabem o tráfego que está a haver naquela Estrada Nacional 10, se não houver ali uma alternativa para haver algumas situações para desviar o trânsito às horas de ponta, principalmente, que tem sido caótico de circular.

Também queria dizer o seguinte, sobre a Estrada Nacional 379, que vem de Vila Nogueira até Palmela, que atravessa Vendas de Azeitão, cada vez está pior, é caótico, quando chove é uma vergonha, e estão aqui pessoas presentes, que podem testemunhar isso, porque ninguém pode andar nos passeios, sinceramente, já era altura do Executivo, começar a pensar um bocadinho, sei que a obra, deve ser uma obra de envergadura, mas são estas coisas que é necessário fazer, porque os azeitonenses também pagam e bem, para este Município, portanto, têm que exigir também aqui, que tenham um bocadinho mais de atenção, não é só tapar buracos, não é só estar a substituir canos, mas é para fazer estas obras de envergadura, porque nós hoje, já somos vinte mil habitantes, portanto, senhor Presidente, eu pedia que tivesse um bocadinho mais em atenção, se for o caso, e que se debruce sobre esta situação.

Fátima Silveirinha (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Eu gostaria aqui de dar nota, no âmbito daquilo que é a Candidatura do Território Arrábida, à Reserva da Biosfera da UNESCO, candidatura que foi formalizada em setembro do ano passado, de valorizar aqui, uma visita que foi efetuada no passado domingo, pelo Secretário-Geral do PCP, esta visita acompanhada também igualmente pelos senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Palmela, Setúbal e Sesimbra, tendo eu participado, uma vez que uma parte do território, da União das Freguesias de Setúbal, é também composto por aquilo que é o Território Arrábida, e aqui, afirmar que, esta visita serviu igualmente, para sublinhar a importância desta candidatura e a sua relevância na defesa do Ambiente e da valorização do Património Natural, nomeadamente, tendo em conta a riqueza da sua diversidade, da biodiversidade, das suas matas em estado selvagem, da sua geodiversidade, os seus monumentos naturais e a riqueza da sua paisagem.

Relembrar que esta paisagem, que foi sendo inspiração de poetas e de outros artistas, ao longo dos tempos, e que constitui para todos nós, e penso que também deverá constituir para o País, um grande orgulho.

Penso que é de realçar a importância que esta candidatura tem e que esperemos que venha a ter sucesso, e valorizar este processo, que teve início com uma proposta destas três Autarquias, Autarquias já agora, da CDU, e que sendo apoiada pelo ICNF, e coordenada pela Associação de Municípios, deverá ter a nossa especial atenção, e penso que, no que diz respeito, a esta visita do Secretário-Geral do PCP, veio também dar valor a esta candidatura, e, portanto, valorizar por isso.



António Costa Ferreira (PSD) – Começo por dar os parabéns, digamos, na evolução do tipo de Relatório, que tem vindo a acontecer e a ser apresentado, todavia, falham aqui alguns “problemas”, que eu acho que deviam cá vir também, e estou-me a lembrar do caso da “Supera”.

A “Supera”, portanto, é um compromisso público/privado, há obrigações por parte da “Supera”, e eu lembro-me que nesse acordo, que veio aqui à Assembleia, havia uma obrigatoriedade da parte da “Supera”, perante a Câmara Municipal, e nós gostávamos de saber se na parte da parceria, a “Supera” está a cumprir ou não com a sua parte.

Um segundo aspeto, continuam-se a ver camiões estacionados, por muitas vias, principalmente à noite e fins de semana, pergunta-se, em que estado é que está a gestão do Parque TIR.

Uma quarta questão, que tem a ver com um concurso, que tem a ver com a telegestão nos SMS das redes de distribuição e saneamento, se já está, portanto, em implementação, eu lembro-me do procedimento ter sido aberto, gostaria de saber se havia informação sobre isso.

Por último, era uma promessa que já vem do tempo do Mandato anterior, que é o saneamento no Sítio das Curvas, o saneamento básico, e, portanto, parece-me que vamos terminar mais um Mandato, sem aquelas gentes terem água domiciliária com qualidade, arruamentos e saneamento.

Hercílio Ferreira (Vogal da União das Freguesias de Azeitão) – Não era para intervir, mas, tendo em conta que Azeitão foi mencionada, e que estou em representação da Freguesia, não acompanho esta ideia que Azeitão está esquecida, Azeitão não está esquecida já foi aqui dito pelo deputado, Simão Calixto, a Junta de Freguesia de Azeitão, tem trabalhado sempre em colaboração com a Câmara Municipal de Setúbal, o Executivo da Câmara, tem-se deslocado várias vezes a Azeitão, para se inteirar dos problemas, nomeadamente, em contacto com os moradores, esse levantamento com a intervenção dos moradores tem sido levada à prática com esse trabalho, como já foi aqui referido pelo deputado Diamantino, a intervenção que está a ser feita em Pinhal de Negreiros.

Acompanho aquilo que o meu conterrâneo Manuel Esteves, disse, em relação à Estrada Nacional 379, que está em mau estado, nomeadamente, os troços que já foram aqui referidos, passa uma mina no cruzamento em Vendas de Azeitão. Em relação às infraestruturas que têm sido feitas pela nossa Câmara Municipal, refiro-me à Rua da Mata, que é uma estrada extremamente utilizável em termos de mobilidade, quem vem da Quinta do Conde tem acesso a Brejos de Azeitão, a reparação da Rua do Roseiral, em Brejos de Azeitão que foi asfaltada, e com a colaboração da Junta metemos os passeios, a Rua da Tradição foi asfaltada, que também foi um trabalho em colaboração com a nossa Câmara Municipal, só dar aqui alguns dados do que tem sido feito.

Presidente da Câmara – Naturalmente que há um conjunto de questões, sobre as quais me queria pronunciar, e, eu creio que, de uma maneira geral, as questões estão todas inter-relacionadas.

Em primeiro lugar, relativamente aquilo que foi dito sobre a situação financeira da Câmara Municipal, queria dizer, eu tenho afirmado publicamente, faço-o sempre, para que não haja dúvidas sobre aquilo que é a situação financeira, embora, como também o digo, os senhores Deputados, os senhores Vereadores, têm acesso às contas da Câmara Municipal, e, portanto, sabem qual é a evolução que as contas da Câmara Municipal têm tido, e por isso, é que eu tenho responsabilizado os partidos da oposição, designadamente da Câmara Municipal, o Partido Socialista e o PSD, pelas iniciativas que têm desenvolvido, que limitou substancialmente as receitas do Município, e isso, numa avaliação, numa estimativa que nós fizemos, no final do Mandato, estamos a falar de valores superiores a 20 milhões de euros.

Uma Câmara Municipal, que, como todos sabemos, tem dificuldades financeiras, e eu já explico, uma das razões que mais justificam essa situação, naturalmente que, nós não podemos ter partidos da oposição que se assumem como responsáveis, quando sabem qual é a situação financeira da Câmara, e porque têm ou tiveram, inscreveram nos seus planos, ou nos seus compromissos eleitorais que haviam de baixar os impostos e as receitas da Câmara Municipal, sem ter em conta a evolução da própria situação da Câmara Municipal, portanto esta é uma questão que não pode deixar dúvidas a ninguém de quem é responsável, naturalmente que assuma essas responsabilidades.

Relativamente à questão, que também um dos senhores deputados disse que, "... afinal, os impostos continuam a crescer...", é verdade! Só que o senhor deputado, que disse isto, disse os impostos continuam a crescer, não disse, que isso resulta do desenvolvimento da atividade económica no nosso território, que é a coisa mais importante do nosso ponto de vista, do ponto de vista do senhor deputado que disse que os impostos continuam a crescer, e, portanto, o Executivo, não tem razão para dizer que os partidos da oposição, restringiram as receitas, e, por isso a situação financeira da Câmara Municipal, naturalmente que é difícil, esqueceu-se de dizer que essa situação do crescimento progressivo dos impostos, da cobrança dos impostos, tem a ver exatamente com o desenvolvimento da atividade económica no nosso Concelho, e desenvolvimento económico significa, investimento, investimento privado, criação de emprego, e naturalmente, o que resulta daí é bem estar para as nossas populações.

Esta é a forma como nós olhamos para o que tem vindo a acontecer ao longo destes anos, naturalmente que os senhores deputados da oposição tem uma versão diferente, que nós temos de a respeitar, mas não podemos ficar calados quando dizem estas coisas, que é o seu entendimento próprio, e que é importante que as populações fiquem esclarecidas sobre tudo aquilo que está a acontecer no nosso território e com esta gestão que há cerca de vinte e três anos está a dirigir os destinos do Município.

É verdade que nós não fazemos tudo bem, há coisas que gostaríamos que tivessem sido feitas de outra maneira, os resultados nem sempre são aqueles que nós gostaríamos que fosse, mas olhando para a globalidade da intervenção, da dinamização, é extremamente positivo, os resultados são extremamente positivos, e, naturalmente que nós percebemos que os partidos da oposição, tem uma forma diferente de olhar para estes números e estes dados, cada um vê conforme bem entende, mas é importante que se acompanhe também as nossas populações no dia a dia.

E eu queria dizer, ao senhor deputado Manuel Esteves, e também aos outros senhores deputados, que falaram da falta de investimento nas várias Freguesias, já aqui foi dito, os senhores deputados, andam muito afastados da realidade destes territórios, muito afastados, naturalmente que esse afastamento tem a ver com o não querer ver, aquilo que se está a passar na transformação destes territórios, dos investimentos, já também tive oportunidade de dizer que a Câmara Municipal, neste mandato conseguiu atingir a maior capacidade de investimento de qualquer Mandato da Câmara Municipal, depois do 25 de Abril.

Só nas candidaturas ao PRR, estão contabilizados cerca de 160 milhões de euros, nunca aconteceu em nenhum mandato de qualquer força política, em qualquer mandato depois do 25 de Abril, mas não ficámos por aí, porque como também muito bem sabem, às vezes, esquecem-se, mas como muito bem sabem, há 24, 25 milhões de euros, que são pedidos de empréstimos para compensar candidaturas, outras candidaturas também que a Câmara Municipal, se comprometeu, e é aí que está de facto a diferença, é que a situação financeira da Câmara Municipal, em boa parte tem a ver exatamente com o facto, de nós sempre que podemos procurar garantir candidaturas, as candidaturas não são a 100%, mesmo as do PRR, que se dizem que são a 100%, não são a 100%, e os senhores sabem isso muito bem, cai bem aos Governos e a quem suporta os Partidos, que estão no Governo, dizer que o financiamento é a 100%, mas na prática todos nós sabemos que não são a 100%, são as Autarquias, neste caso, porque as candidaturas foram aprovadas e propostas pelas Autarquias, são as Autarquias que suportam uma parte significativa do investimento que é feito, mas nem por isso, no caso da Câmara Municipal de Setúbal, deixa de apresentar essas candidaturas, porque é uma oportunidade.

É uma oportunidade de nós trazermos mais investimento para o nosso Concelho, neste caso, investimento público e isso é fundamental também para potenciar o desenvolvimento e a atratividade de mais investimento privado, é esse o nosso foco, é esse o nosso objetivo.

Há dificuldades? Várias! Muitas! E algumas delas, como também os senhores sabem! É que, não há empresas com capacidade, para concorrer a muitos dos concursos que nós abrimos.

Nós temos vários, por exemplo, no caso da habitação, vários concursos que estão na ordem dos 6, 8, 10, 12 milhões de euros, não há empresas para concorrer.

Felizmente, há uma empresa que tem vindo a ganhar quase todos os concursos na área da habitação.

É uma preocupação, mas nós acompanhamos também essa empresa, e verificamos que ela vem manifestando capacidade de assumir essa responsabilidade, mas, se estiverem com atenção, verificam que há muitos concursos que vão à Câmara Municipal, e que ficam desertos, e outros, em que o 1.º candidato que ganha o concurso, quando chega a altura de apresentar a documentação, não têm a documentação que é necessária apresentar na administração, e, portanto, temos de andar um pouco para trás e ver se o 2.º candidato tem condições, e, portanto, tudo isto leva tempo, tudo isto é complexo, para além de que, por exemplo, no que diz respeito ao Auditório, que o senhor diz desapareceu, o Auditório Cultural em Brejos de Azeitão, está à espera do visto do Tribunal de Contas, só isso, senhor deputado, e mais, está à espera do visto do Tribunal de Contas, mas já foi a reunião de câmara, é um concurso de conceção execução, já foi à reunião de Câmara e foi aprovado o projeto, que é uma 1.ª fase deste processo, e, portanto, basta agora que venha o visto do Tribunal de Contas, e passado algum tempo, pouco tempo, a obra se iniciará, o processo é do mesmo tempo do Mercado, mas o valor do Mercado não precisou de ir ao Tribunal de Contas, enquanto que o valor do Auditório precisa de ir ao Tribunal de Contas, é disso que se trata.

Nós temos os projetos, os projetos estão feitos, estão desenvolvidos, estão em processo de adjudicação das obras, há empréstimos, que os senhores conhecem, porque foram aprovados aqui, na Assembleia Municipal, que estão no Tribunal de Contas, logo que, o Tribunal de Contas dê o visto a esses processos, os concursos avançam e as obras também avançam, naturalmente que houve aqui, um problema complicado, que foi o facto do Orçamento para 2025 não ter sido aprovado, aliás, hoje, temos aqui uma proposta de alteração, ao orçamento de 2024, que afinal é o que está em vigor, e, portanto, como uma boa parte das verbas de algumas das candidaturas que já estavam desenvolvidas, as verbas de suporte estavam no orçamento para 2025, como o orçamento para 2025 não foi aprovado, nós agora temos de fazer as alterações, para que seja reforçada a verba do orçamento de 2024, é uma proposta que vem aqui.

Isto provoca um atraso no desenvolvimento das obras, no desenvolvimento dos procedimentos, de cerca de dois meses e meio, porque, só hoje, 28 de fevereiro, é que vem à Assembleia Municipal, estas propostas, que depois terão de ir para os serviços desenvolverem todos os processos, para que haja as condições para desenvolver os concursos, nuns casos desenvolver os concursos, noutros casos abrir os procedimentos para os concursos, esta é a situação, que não é fácil, é complexa, em que, de facto, o Executivo Municipal, trabalha, e queria vos dizer, não posso deixar de o fazer, que nós temos de agradecer tudo isto que está a acontecer em Setúbal, pela primeira vez na história do nosso Município, depois do 25 de Abril, o que está a acontecer é o resultado de um trabalho, de uma dedicação extraordinária dos nossos trabalhadores neste processo, que conseguem preparar as candidaturas, apresentar as candidaturas, dar resposta às Entidades que acompanham e que avaliam as candidaturas, nós temos neste momento, como já disse, cerca de 160 milhões de euros aprovados em PRR, temos cerca de 24 milhões de euros que servem para obras da iniciativa do Município, ou obras que são para compensar candidaturas que foram aprovadas em outros programas do Município.

E, portanto, naturalmente que, a situação financeira com este esforço que a Câmara Municipal, vem fazendo, para garantir investimentos de fundos comunitários, naturalmente que a situação financeira da Câmara, não é muito boa, é difícil, mas é por isso que eu digo, que os partidos da oposição, independentemente das propostas que têm, e sabendo da evolução da situação financeira da Câmara Municipal, do esforço financeiro que a Câmara Municipal está a fazer, com estas candidaturas todas, destas quase duas centenas de milhões de euros para investir em Setúbal, e os partidos da oposição, votam contra um Orçamento que tinha essa proposta, isto é incompreensível, senhores deputados, isto é que é incompreensível.

E, portanto, queria tranquilizá-los senhores deputados, que disseram aqui, que não há obras, etc., queria tranquilizá-los, a dizer que tem de ter mais atenção aos territórios, e não ficarem envolvidos na retórica das candidaturas partidárias que vão avançar, que vão ser lançadas aí para a próxima campanha eleitoral, naturalmente que nós temos aqui responsabilidades muito grandes, e, por isso, o nosso foco é sobre criar as melhores condições para que os projetos avancem, para que as obras possam avançar, e ter naturalmente melhor qualidade de vida, mais bem-estar, mais desenvolvimento económico no nosso concelho, é isso que nos preocupa.

Relativamente à questão do senhor deputado Costa Ferreira, falou aqui da parceria com a “Supera”, eu vou pedir um relatório, não tenho essa informação para verificar, e, portanto, oportunamente, será depois entregue.

Sobre a questão dos camiões, do estacionamento na via pública, é um problema que não é novo, como o senhor deputado sabe, nós tomamos uma iniciativa de criar um Parque TIR, mas o que é facto, é que os camiões não vão ao Parque TIR, ou muitos poucos lá vão e preferem estacionar os camiões na via pública, é um problema de polícia, senhor deputado, como bem sabe, nós temos uma boa relação com as polícias e fazemos um esforço no sentido de que haja uma maior colaboração, é isso que nós esperamos que venha a acontecer, porque, de facto, um camião daqueles estacionado na via pública cria problemas graves, para além do estado da via pública, naturalmente, aos investimentos que obriga, quando o camião passa em zonas que não foram preparadas do ponto de vista do piso para ter estes camiões.

Relativamente à Estrada Nacional 379, queria dizer o seguinte, a Estrada Nacional 379, vem desde Sesimbra, passa por Azeitão, por Setúbal e vai até Palmela e abrange uma boa parte do concelho de Palmela também.

Dado o estado avançado de degradação que a estrada tem tivemos uma reunião já há dois anos, com o senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal, e uma das questões que lá colocámos, foi exatamente esta do estado do piso, e o senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal disse “...nós não temos aqui referenciada essa estrada, ela não é uma prioridade...”.

E o que é que nós fizemos!

Os três Presidentes de Câmara, escreveram uma carta ao senhor Ministro das Infraestruturas, chamando a atenção para aquela situação e os perigos que ali estão.

Tivemos a informação, através do senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, que essas obras estão em processo de adjudicação, e que, provavelmente ainda se iniciarão este ano, isto relativamente à EN 379.

E não é da responsabilidade das Câmaras Municipais, senhores deputados, se nós, nos continuamos a substituir sempre à Administração Central, os orçamentos das Câmaras Municipais, não aguentam, como se costuma dizer, já basta, do relatório da Transferência da Educação, do relatório final do ano 2024, são 4 milhões e meio de euros que saem do orçamento da Câmara Municipal para a Educação, e isto é uma situação grave.

Na área da saúde, por exemplo, nós continuamos a investir e o Ministério da Saúde, continua a dever, pelo menos 1 milhão e 400 mil euros ao orçamento da Câmara Municipal.

E já agora dizer que, nós, a Câmara Municipal, teve um aumento de 536 trabalhadores, que vieram do Ministério da Educação, mas como 33% dos trabalhadores que vieram do Ministério da Educação, não estão ao serviço, a Câmara Municipal, teve de contratar trabalhadores, para que as nossas escolas possam funcionar com a melhor segurança e o melhor serviço possível.

2. Deliberação n.º 01/2025/AM – Delib. CM n.º 663/2024 – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal

Simão Calixto (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PSD e CH e as abstenções do PS, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

João Santos (PSD) – O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto, pode ser sintetizado na expressão, “*Promover a qualidade de vida e valorizar através do desporto e da atividade física, contribuindo para a concretização do potencial económico social e ambiental, do sistema desportivo de Setúbal*”.

Na nota introdutória da Carta Educativa de 2.ª Geração do Município de Setúbal, aprovada em 2023, que se assume como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, complementando a prossecução das políticas sociais económicas do Concelho, pode ler-se que, “*A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental, na promoção do desenvolvimento sustentável integrado*”.

nas suas diversas dimensões, sendo igualmente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações”.

Com estes fundamentos seria expectável, uma maior articulação entre o Plano Estratégico e a Carta Educativa, nomeadamente, a integração curricular, pois o Plano Estratégico, visa alinhar as atividades desportivas com os domínios da autonomia e flexibilidade curricular, o que sugere uma coordenação com as diretrizes educativas do Município, que seria exequível ou ponderável se existissem.

As infraestruturas escolares, o Plano Estratégico, menciona a importância de equipar as escolas com instalações desportivas adequadas, o que se alinharia com o planeamento de infraestruturas educativas presentes na Carta Educativa.

As parcerias estratégicas, o Plano Estratégico, propõe estabelecer parcerias entre escolas, clubes e outras entidades, o que poderia ser complementar, às estratégias educacionais do Município, o que poderia corresponder igualmente a uma das fraquezas identificadas, os constrangimentos ao desenvolvimento das atividades, resultantes de horários, espaços e financiamento, mas sobre este eixo de ação, a Carta Educativa é omissa ou pouco expressiva, mas estas sinergias entre os dois documentos não são evidentes, porque o Município, ainda não possui o Plano Estratégico da Educação do Município, porque a Carta Educativa e o Plano Estratégico são distintos, o primeiro contém a caracterização da rede escolar, o diagnóstico concelhio, projeções demográficas e socioeconómicas e propostas de intervenção na rede pública, o segundo, o Plano Estratégico, é um instrumento mais amplo que define a política educativa local e as estratégias para promover o sucesso escolar, incluindo objetivos e metas de médio a longo prazo, para o ordenamento e melhoria da rede escolar, oferta educativa e estratégias para promoção do sucesso escolar.

Ambos os documentos são complementares e visa o planeamento e o desenvolvimento da educação no Município, em que a Carta Educativa, tem um foco mais específico na rede escolar, enquanto o Plano Estratégico, aborda a política educativa local, de forma mais abrangente, enquadrando igualmente a educação, para a prática física e desportiva, visando o desenvolvimento holístico das crianças e os jovens e a melhoria da qualidade de vida no Município.

Face ao exposto, a bancada do PSD, aprovará o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto, convictos de que se trata de um documento, de um instrumento inicial que carece de melhorias, acompanhamento e monitorização atenta do Conselho Municipal do Desporto, emissão de parecer do Conselho Municipal de Educação, e ainda será refletido no futuro, que esperamos breve, da apresentação do Plano Estratégico da Educação do Município.

Vítor Rosa (BE) – Este é um documento que consideramos importante, para a definição de uma estratégia para o desporto no nosso Município, mas, que na nossa opinião, a sua implementação, nomeadamente, na gestão das infraestruturas municipais, que entendemos que pode ser feita de forma diferente no seu aproveitamento global, na sua disponibilização junto dos clubes e associações desportivas que existem no nosso concelho.

Tomamos em conta que o futebol tem um peso excessivo nesta organização, especialmente nas infraestruturas municipais, ligadas à área do desporto, obviamente, e entendemos que deveria ser feita uma aposta forte em uma piscina municipal, a sério.

Face a estas limitações e porque este é um documento, em constante apreciação e evolução, o nosso sentido de voto é o da abstenção.

Mário Aranha (PS) – Relativamente a este documento, não podemos dissociá-lo do estado de crise muito grave em que se encontra o desporto no nosso concelho.

Foram mais de vinte anos de desinvestimento, tanto a nível de infraestruturas, como em apoios diretos, ou até em coisas tão simples, como meio de transportes.

Falo por experiência própria, nos finais dos anos 80, anos 90, fui federado em quatro clubes, em três modalidades diferentes, os meus pais, e os pais dos meus colegas, nunca tiveram de se preocupar com transportes, e agora é justamente ao contrário, ou seja, regredimos, as sextas-feiras e os sábados, são tratados em grupos do *Whatsapp*, para ver boleias, porque os nossos clubes não têm transportes.

Vamos reparar e fazer o resumo do que foram estes últimos vinte anos, o último Pavilhão, foi construído em 2008, a Pista de Atletismo, começou a ser construída em 2001 e foi inaugurada em 2003.

Em 2025, a Câmara Municipal, tem quatro campos de futebol abandonados, as piscinas foram todas construídas nos anos 90, um dos campos relvados da Várzea está ao abandono, o segundo sintético da Várzea já tem buracos, as Equipas de Sub. 15, Sub. 17 e Sub. 19, do Vitória, jogam em Águas de Moura, porque não há campos no nosso concelho.

Os ringues do Parque de Vanicelos, da Praceta de Vanicelos, estão abandonados, o ringue do Vale do Cobro, já necessita de manutenção bastante aprofundada.

Fazendo também o resumo na parte de infraestruturas, na parte de apoios diretos, a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, aprovou 1 milhão e 563 mil euros, mais transportes, aos Clubes, do concelho.

A Câmara Municipal de Leiria, 500 mil euros, mais transportes.

Apoios diretos, da Câmara Municipal de Guimarães, 622 mil e 500 euros, mais transportes.

A Câmara Municipal de Setúbal, 165 mil euros.

Ora, este desinvestimento, têm resultados que estão à vista, reparem, apenas temos duas equipas seniores masculinas de Futebol de 11, a título de exemplo, a Moita, que tem cerca de metade dos habitantes de Setúbal, tem quatro equipas.

A nossa equipa sénior feminina, está na 3.ª Divisão, em três Divisões, não há equipas seniores de Futsal masculino, nem feminino, a nossa equipa masculina de Basquete, está na 3.ª Divisão, em quatro, não há equipa sénior feminina de Basquete.

No andebol, temos apenas uma equipa sénior, que está no nível 3, em 4 Divisões Nacionais, não existe equipa feminina, não existe hóquei em patins, eu podia continuar aqui o resto da noite só a falar sobre isto.

Portanto, nestes pressupostos, o documento que é apresentado corrobora este diagnóstico.

Relativamente ao Plano, nós saudamos o esforço das equipas camarárias e o ótimo trabalho que foi feito, tanto em termos de recolha, como no tratamento dos dados, e, obviamente, aproveitamos para dar um abraço solidário a todos os Clubes do Concelho, pela sua participação e pelos milagres que vão fazendo no seu dia a dia.

Reparem, e aqui, vou citar diretamente o Plano, que refere assim: *“Grande parte das entidades consideradas, 59%, que não possuem equipamentos, espaços desportivos em condições suficientes, para o bom desenvolvimento das suas atividades, naturalmente esta falta de espaço, obriga, por vezes há sua partilha com outras entidades, condicionando os horários disponíveis”, “35,6% das entidades referem a falta de financiamento como contribuindo para o acentuar das dificuldades, condicionando algumas situações como, por exemplo, a aquisição de viaturas, obras de requalificação, assim como a nível do preenchimento das necessidades de recursos humanos”, isto é o que diz o Plano, e quando referimos o estado grave de crise, são as próprias medidas propostas pelo próprio Plano, cerca de 80% são consideradas nível um, prioritário, ou seja, para estarem concluídas até 2030.*

Eu passo aqui a citar algumas, com as quais, obviamente nós concordamos, e, só para referir que curiosamente muitas delas foram *copy past*, do Programa Eleitoral do Partido Socialista, em 2021, para temas do desporto.

Passo a citar: *“Reabilitar o Campo Municipal das Pedreiras do Viso”, que está desde 2024 para entrar em obras e continua sem data, “Construir o Pavilhão das Manteigadas”, “Reabilitar a Piscina Municipal das Palmeiras”, “Reabilitar o Campo Municipal Júlio Tavares”, “Construir um Pavilhão Desportivo Municipal em Azeitão”, “Construir o Pavilhão da Escola C+S”, “Construir o Centro Náutico Municipal”, “Recuperar os dois Campos de Futebol abandonados com relvado”, “Construir o Complexo Municipal de Desportos de Praia”, “Construir o Pavilhão da Escola Secundária Dom Manuel Martins”, “Construir a Cidade Desportiva do Vale da Rosa”, isto são tudo medidas apresentadas como prioritárias pelo Plano, portanto, dá para ver que de facto, em vinte anos, pouco ou nada se fez.*

Obviamente que nós concordamos com o diagnóstico, concordamos com algumas destas medidas, até porque muitas delas, foram copiadas do nosso Programa, e, contudo, mais uma vez nós achamos que há aqui uma grande falta de ambição, e é preciso para além de muitas das que foram apresentadas, outras obras, e outros eventos, que podem ser realizados.

Quando falamos de grandes eventos desportivos, que são necessários, por exemplo, nunca houve uma “Final Four de Futsal”, em Setúbal, nunca houve uma “Final Four da Taça de Portugal de Basquetebol”, nunca houve uma “Final da Taça da Liga de Futebol”, em Setúbal, e são estes eventos, que de facto, mobilizam milhares de pessoas e trazem muitas pessoas à cidade, e, principalmente uma imagem positiva do nosso concelho.

É preciso investir na alta competição, mais na alta competição, como foi aqui referido, e como veio referido também no Plano, mas no Plano com verbas muito insuficientes, comparando, por exemplo, com outras Câmaras Municipais, muitas até com orçamentos inferiores aos da Câmara Municipal, e é preciso obviamente, um grande Pavilhão Multiusos, que permita albergar estes grandes eventos, não só desportivos, mas também culturais, e, é preciso em colaboração com as Juntas de Freguesia, um grande plano de reabilitação e construção de espaços desportivos informais, os conhecidos *Ringues*, e também campos de *Street Basket*, só aqui um pequeno pormenor, existe um “Programa de Parceria”, entre as Câmaras Municipais e a Federação Portuguesa de Basquetebol, que é chamado o “Street Art”, em que já foram construídos mais de trinta Campos, em todo o País, em Setúbal, não há notícias que isso aconteça, se calhar, vamos ser a número cento e tal, talvez não, como nós vamos ganhar em 2025, vai ser uma das nossas prioridades.

Portanto, tendo em conta estas referências, nós vamos abster, neste Plano.

Flávio Lança (IL) – Parece que estamos todos de acordo que o desporto, desempenha um papel fundamental, na saúde, inclusão social e dinamização económica das cidades.

A Iniciativa Liberal, apoia a promoção da atividade física, a melhoria das infraestruturas e o incentivo à prática desportiva.

O Plano Estratégico, apresentado pela Câmara Municipal, tem aspetos positivos, como o diagnóstico bem estruturado e a valorização do desporto como fator económico, no entanto, tem fragilidades que não podemos ignorar.

Faltam metas objetivas, dou um exemplo, qual é a percentagem de praticantes desportivos que se pretende aumentar até 2030?

Falta mecanismos concretos de financiamento, ainda há pouco na sua intervenção, o senhor Presidente, afirmou que a Câmara Municipal de Setúbal, apresenta uma situação financeira difícil, e apontou o dedo às forças políticas, que defendem a baixa de impostos, e, por isso questiono, como será garantida a sustentabilidade deste Plano, sem sobrecarregar os municípios com mais impostos ou taxas, ou estamos perante mais um Plano, que não será concretizado, estamos aqui a falar de alguns milhões de euros, se somarmos todas as obras que se indicam nos anexos.

O setor privado também deveria ter um papel mais ativo na dinamização desportiva, Municípios como Oeiras, Cascais, criaram parcerias público-privadas bem-sucedidas, que reduziram a dependência do financiamento municipal e potenciaram a diversidade da oferta desportiva.

E por estas razões, a Iniciativa Liberal, opta pela abstenção, reconhecemos a importância do desporto, mas acreditamos que Setúbal, precisa de um Plano, mais ambicioso e sustentável, que incentive a iniciativa privada e garanta uma gestão financeira responsável.

Simão Calixto (CDU) – Estamos perante um documento importante, de uma questão importante, que é o desporto, e o seu desenvolvimento no concelho de Setúbal, e, de facto, esta estratégia também ganha importância pela forma como foi construída, 102 Entidades, foram envolvidas neste processo, clubes, coletividades, empresários, houve um período alargado de participação pública, de Agosto a Setembro de 2024, e resultou em quatro eixos estratégicos, mas, ainda voltando à questão das 102 entidades, que foram envolvidas, curiosamente, nenhuma foi o Partido Socialista, que não foi capaz de apresentar uma única proposta, nem na consulta pública, nem na reunião de câmara, nem em momento nenhum, e sobre a intervenção do Partido Socialista, importa dizer que certamente os senhores mais uma vez, devem viver numa realidade completamente paralela, é que de facto nos últimos 20 anos, houve um grande investimento no desporto, neste concelho.

A destacar, por exemplo, o reconhecimento que nos foi dado pela Cidade Europeia do Desporto, em 2016, e que daí resultam, um conjunto de provas que se realizam nesta cidade, como as *águas abertas*, da *natação*, da *vela*, da *canoagem*, do *remo*, todas elas que foram destacadas e valorizadas na Gala do Desporto, que foi realizada no passado fim de semana, onde foram premiados mais de 80 atletas, e até o prémio carreira, foi dado a um velejador, aqui do nosso concelho.

De facto, as provas estão cá, para contrariar, aquilo que o PS aqui disse, e de facto este Plano, é mais um documento, que prevê cerca de 30 milhões de investimento no desporto, até 2030.

Nas respetivas 53 fichas de ação, que correspondem depois a cada um dos quatro eixos estratégicos, que alguns deles até já estão em curso, o *"Pavilhão das Manteigadas"*, é um deles, está à espera de consignação, creio eu, para se iniciar a obra, a *"Requalificação do Pavilhão João dos Santos"*, está em curso, o *"Campo das Pedreiras"*, também está prestes a iniciar-se, entre outros, um conjunto muito alargado de investimentos que foram feitos e que serão feitos, e, portanto, é mais uma estratégia para o futuro e o presente que estamos a construir neste concelho, e que vamos continuar a fazer até 2030.

Mariana Crespo (PAN) – A atividade física regular é um fator-chave, para a prevenção e controlo das chamadas doenças não transmissíveis, como é o caso das doenças cardiovasculares.

A atividade física beneficia também a saúde mental, incluindo a prevenção do declínio cognitivo e sintomas da depressão e ansiedade, que são particularmente relevantes em determinadas camadas da população, como é o caso da população mais idosa e mais isolada, e pode contribuir para a manutenção do bem-estar geral.

Neste sentido, é de congratular o presente documento de Plano de Desporto, no sentido em que pugna por um conjunto de iniciativas de inegável relevância, para o concelho de Setúbal.

Destacamos o investimento em equipamentos desportivos para a comunidade, o apoio aos clubes e associações desportivas, a articulação com o desporto escolar e a preocupação com a promoção da atividade desportiva, contudo, preocupa-nos aquilo que consideramos estar em carência neste plano, e que apelidaremos de atividade física de proximidade, o plano reconhece que existe uma dificuldade real em as pessoas frequentarem atividades desportivas, muito derivado da falta de tempo decorrente da conciliação da vida familiar e profissional.

Assim, a estratégia para a promoção da atividade desportiva, tem de passar necessariamente, pela criação de por um lado, mais locais de veraneio, para caminhada, corrida e passeios em família, pois também isso é atividade física, bem como de criação de equipamentos desportivos mais simples e próximos das residências, por exemplo, associados a espaços verdes, evitando assim deslocações consumidoras de tempo e recursos. Por outro lado, preocupa-nos a falta de iniciativas mais concretas para a população idosa, para quem sabemos ser particularmente relevante a manutenção da saúde física e psicológica, no plano apenas é visível uma ação especificamente dirigida a este grupo, a ação 3.1.2, que, contudo, apenas fala em promoção de jogos tradicionais.

Por estes motivos, iremos abster-nos na presente votação.

Luís Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Só dar aqui uma pequena nota, para reabilitar, ou reavivar a memória dos presentes, parece mesmo que alguns de nós andamos distraídos, felizmente, não todos, mas, lembrar aqui que além da última Gala, ter reconhecido o mérito desportivo de 2024, de grandes personalidades do mundo desportivo setubalense que muitos créditos tem dado e provas dadas, no último ano de 2024, além, de todas as épocas que nós nos lembramos e que somos vivos.

Lembrar aqui também que, V. Exa., esqueceu-se, de entre esse relambório todo, que político à parte, retórico à parte, também se esqueceu pura e simplesmente das atividades náuticas sem ser um breve trecho no fim.

As atividades náuticas no nosso concelho, têm sido profundamente, neste caso, lembradas, fruto também de um grande investimento ao longo das últimas duas décadas, de um processo de grande transformação que nós temos tido na nossa zona ribeirinha, em que estamos à beira Sado plantados e não é por acaso, que os nossos golfinhos, que nós prezamos tanto e muito bem, e somos unânimes em prezar os nossos golfinhos, os

nossos roazes do Sado, não é só pela qualidade da água que existe no nosso Rio Sado, que para lá, é transbordada, com os esgotos devidamente tratados.

Não é por acaso, também, que têm sido criadas boas estruturas, que têm dado uma grande força de trabalho aos velejadores, canoístas e remadores da nossa cidade, que uma grande tradição tem tido ao longo das últimas décadas e que agora tem vindo a ser reabilitada, também com o apoio ao movimento associativo, que a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, têm dado aos clubes e associações, que exploram esta nossa maravilha natural, que é o nosso Rio Sado e V. Exa., esqueceu-se, de maravilhar esta maravilha natural que nós temos e é inata na nossa cidade.

Mais, também se esqueceu, que há duas semanas atrás, uma modalidade desportiva também muito querida da nossa cidade, que é o basquetebol, foi alvo no Pavilhão Municipal da Manteigada, de uma “*Final Four Distrital*”, com o apoio inegável e inestimável da União de Freguesias de Setúbal, da Junta de Freguesia de São Sebastião e da Câmara Municipal, com esta sinergia muito bem organizada pela Associação de Basquetebol de Setúbal, os Scalipus e a Federação que esteve presente.

Também porventura, nós e muito bem, continuamos e vamos continuar a apoiar como sempre o fizemos nos transportes, enquanto cá estivermos e por muitos longos e bons anos, das nossas duas viaturas de pesados de passageiros, os nossos dois autocarros, isto exatamente como a Câmara Municipal também o fará, quando estão disponíveis, para transportar as equipas de formação. Neste caso, também a equipa de basquetebol Scalipus, que foi jogar ao Algarve, foi a Junta de Freguesia de São Sebastião que a transportou, num fim de semana, e passado dois fins de semana a outra.

Já agora, além do basquetebol, a equipa de andebol do Clube Naval Setubalense, que de vez em quando também se socorre, e muito bem, dos transportes da Junta de Freguesia, neste caso também de São Sebastião, quando solicitado e quando está disponível, sem desprimor e sem colocar por depreciação também as associações e coletividades de São Sebastião.

Em relação aos campos de basquetebol de *Street Basket*, a nossa Freguesia tem dois, mas fique V. Exa., descansado, que a Junta de Freguesia, foi buscar, utilizando aqui também o princípio da reutilização dos equipamentos e dando aqui uma segunda vida à continuidade dos equipamentos, fomos buscar a determinado sítio, a determinado local, duas tabelas de basquetebol, que vão ser utilizadas num espaço público, num parque desportivo, pela Câmara Municipal, para reforçar a oferta, precisamente daquilo que V. Exa. disse, que não pode sair em vão. Fique aqui também V. Exa. bem esclarecido, que duas tabelas de basquetebol vão ser utilizadas num campo muito próximo da nossa Câmara Municipal, dos Paços de Concelho.

Em relação à manutenção dos relvados sintéticos, na Freguesia de São Sebastião, a competência é da Junta de Freguesia, e ainda hoje estive com mais uma empresa para precisamente fazer a manutenção reparativa, e assumimos sim, a reparativa daquele mesmo piso, cuja degradação é evidente, mas que ao lado, estão dois campos de mini basquetebol, está uma mini pista de atletismo, de corrida de velocidade e está o relvado sintético Vale de Cobro, além de outros equipamentos que também temos na Freguesia.

Esta é sucintamente, a perspetiva que nós temos do nosso desporto, da perspetiva que temos da prática da atividade física, para prevenir também o sedentarismo, e já agora promovendo, também, o envelhecimento ativo de algumas camadas jovens, que teimam em não querer ver aquilo que manifestamente é óbvio.

Mário Aranha (PS) – Vou só sublinhar aqui algumas coisas, que até são divertidas, portanto, uma Freguesia com mais de 50 mil habitantes e ficam satisfeitos com duas tabelas de basquete.

Depois, lembrar aqui que, em termos de grandes, eu vou só referir aqui as três maiores competições nacionais de basquetebol, extracampeonato, existe, a *Taça da Liga*, a *Taça de Portugal*, e temos o maior evento desportivo nacional jovem, que é o encontro em Albufeira, de *Minibasquete*, que chega a ter mais de 10 mil atletas, a CDU de Setúbal, contenta-se com uma *Final Distrital de Sub-16*.

Presidente da Câmara – Este Plano foi aprovado na Câmara Municipal, foi para discussão pública, já veio aqui à Assembleia Municipal, a proposta foi retirada e hoje volta, outra vez, e queria dizer que naturalmente não ponho em causa a avaliação que cada um dos senhores deputados faz sobre a proposta, agora, há uma

coisa que eu acho que é importante, é que essas críticas, ou algumas das propostas que foram aqui identificadas, podiam ter sido dadas para a discussão pública, e portanto, algumas propostas podiam ser integradas, e, eventualmente, até enriquecido a proposta.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais do PPD/PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor, 16 da CDU e 1 do PPD/PSD, e 17 abstenções, 10 do PS, 2 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e um da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

3. Delib. CM n.º 02/2025/AM – Delib. CM n.º 26/2025 – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2025

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal, não pode compactuar com um regulamento que mantém Setúbal, num ciclo de crescimento baseado no aumento de taxas e impostos sobre os cidadãos e empresas. Há taxas que chegam a aumentar 194%. O Município, precisa de incentivos para atrair investimento, estimular o comércio e aliviar a carga fiscal de quem quer trabalhar e crescer nesta cidade. Este regulamento não contempla qualquer medida nesse sentido! Votamos contra esta proposta, porque acreditamos numa alternativa melhor! Redução da carga fiscal e mais eficiência na gestão municipal. Menos burocracia para quem quer investir e empreender. Mais transparência e critérios claros na aplicação das receitas municipais.

A Iniciativa Liberal, continuará a defender um Município mais dinâmico, mais competitivo e mais sustentável, que não dependa apenas de aumentar taxas para sobreviver.

Setúbal pode e deve ter uma governação mais eficiente, hoje votamos contra, porque queremos um futuro melhor para a nossa cidade.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor da CDU, 1 voto contra da IL e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 47.

4. Deliberação n.º 03/2025/AM – Delib. CM n.º 54/2025 – 1.ª Alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. Definição do número máximo de equipas de projeto, cargos de direção intermédia de 3.º grau e de subunidades orgânicas

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

Vítor Rosa (BE) – Queria colocar aqui alguns pedidos de esclarecimento, esta proposta baseia-se em três considerandos, e relativamente a dois deles, levantar aqui algumas questões, nomeadamente, sobre a criação de um Gabinete Técnico Florestal:

O Conselho Municipal de Segurança, foi ouvido sobre a criação deste gabinete?

Foi pedido algum parecer, ou se a sua opinião é irrelevante para a criação deste gabinete?

No considerando número três, é criada uma Equipa Multidisciplinar, por orientação direta do senhor Presidente, perguntamos:

Quem? Quantas pessoas?

Quais as áreas da organização de dossiers técnico-financeiro de projetos que visam para na prática potenciar as oportunidades de investimento?

Ou seja, parece que não temos, hoje, dentro dos quadros técnicos da Câmara, esta capacidade de fazer esta apreciação, ou seja esta centralização de poder no Presidente, também já agora, explicada só desta forma, suscita-nos reservas na aprovação deste documento e daí os nossos pedidos de esclarecimentos.

Flávio Lança (IL) – Estamos a menos de um ano das Eleições Autárquicas, e nesta fase qualquer reestruturação administrativa, precisa de ser avaliada com um rigor acrescido.

A expansão da máquina burocrática municipal, neste momento, levanta sérias dúvidas sobre a sua real necessidade.

Porque é que esta reformulação só está a ser feita agora, e não foi planeada antes, no mandato?

Estas contratações seguirão critérios rigorosos, ou há risco de instrumentalização política?

O impacto financeiro, não foi devidamente esclarecido, nem há garantias de que estes novos cargos trarão uma melhoria na eficiência da Câmara.

Estes postos vão continuar depois das eleições? Ou são contratações de curto prazo, sem sustentabilidade a longo prazo?

A Iniciativa Liberal, vota contra esta proposta, porque Setúbal, precisa de eficiência na gestão pública e não de medidas administrativas apressadas que podem ser usadas como instrumentos políticos.

Presidente da Câmara – Eu, eventualmente poderei não ter acompanhado uma última questão que foi colocada, pedia ao senhor deputado se podia voltar a reformular, peço desculpa, porque estava a preparar a resposta para as questões que o senhor deputado Vitor Rosa, colocou.

Relativamente ao Gabinete Técnico Florestal, é uma competência legal, uma obrigação legal, a Câmara Municipal, tem funcionado com um Serviço, que tem vindo a substituir um pouco esta atividade, mas tendo em conta que se trata do cumprimento de um compromisso legal ou de uma imposição legal, naturalmente que a Câmara Municipal, decidiu avançar para a criação deste gabinete técnico, que naturalmente funcionará também junto da Proteção Civil, e, portanto, é um gabinete que tem os pareceres e o apoio da Proteção Civil. Relativamente ao Gabinete da Equipa de Projeto, provavelmente os senhores não estarão lembrados, mas nós temos este gabinete ou um gabinete idêntico a funcionar, que é o gabinete que trata das candidaturas, da preparação e da resposta aos fundos comunitários, e que ao mesmo tempo, quem é o responsável e acompanha esse gabinete, é atualmente, a Chefe da Divisão da DICOR, e, portanto, houve aqui uma solicitação, de não haver mais condições para acumular estas duas situações, e a justificação é esta.

Tendo em conta o número de candidaturas que o Município tem, a necessidade de permanentemente estar a atualizar os dados, estar a dar respostas aos Ministérios, e, portanto, ter uma ligação direta com estas situações, justifica-se no nosso entendimento esta decisão de criar este gabinete, que permite de facto, ter melhores condições para acompanhar estas dezenas de candidaturas que nós temos, e que estão sempre a precisar de novos dados, novos elementos ou de tomar a iniciativa junto dos vários Departamentos da Administração, no sentido de garantir a atualização do pagamento, das candidaturas, etc., e, portanto, é nessa perspetiva que se justifica a criação deste gabinete.

Eu peço desculpa, como já disse, não ouvi a última questão, houve um senhor deputado, que estava a fazer a intervenção e que eu não ouvi, se quiser formular a questão, eu terei muito gosto em responder.

Presidente da Mesa, em substituição – Senhor deputado Flávio lança, não sei se quer clarificar, eu penso que não foi nenhuma pergunta concreta...

Flávio Lança (IL) – Deixei aqui algumas questões...

Se essas contratações seguirão critérios rigorosos, ou há risco de instrumentalização política? É uma questão muito concreta! E se estes postos vão continuar depois das eleições, ou se são contratações de curto prazo?

Presidente da Câmara - Naturalmente que a resposta é que nós avaliamos com muita ponderação e com muita seriedade as propostas que apresentamos e trazemos aos Órgãos da Câmara e Assembleia Municipal, é isso que nós fazemos, e naturalmente, é a nossa forma de estar aqui na política, e designadamente na gestão dos Órgãos Autárquicos, é o que eu tenho a dizer sobre este assunto.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 16 da CDU e 10 do PS, 1 voto contra da IL e 10 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 48.

5. Deliberação n.º 04/2025/AM – Delib. CM n.º 57/2025 – Concurso público n.º 11/2025/DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de terreno do domínio público hídrico e respetivas construções e instalações – Abertura

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PS, PSD, CH e PAN e os votos contra do BE e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

Nesta reunião da Comissão, não foi possível obter parte dos esclarecimentos pelos representantes do Executivo, que estavam presentes, mas, entretanto, no início desta reunião foi distribuído um documento, com os esclarecimentos prestados pelo senhor Diretor Municipal, Dr. Ricardo Medeiros, sobre as questões que ficaram sem resposta na Comissão, que, penso eu, respondia aquilo que tinha sido solicitado, de qualquer modo, os deputados, presentes na reunião da Comissão, o dirão (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 49).

Flávio Lança (IL) – Queria fazer aqui um ponto de ordem à Mesa, relativamente aos esclarecimentos, porque é aqui referido uma questão, que eu não me recordo efetivamente de a ter colocado nestes termos.

Porque aquilo que eu referi nesta Comissão, foi que havia um custo estimado, e não perguntei qual é que era o custo, e esta questão ficou respondida, porque a minha questão prendia-se que, se esta concessão fosse para a frente, e este custo aumentasse, o que é que aconteceria, e aquilo que foi respondido, e foi respondido na hora, foi que o concessionário teria de fazer a obra, independentemente de qualquer questão, isto ficou respondido.

Aquilo que não vem aqui, e que eu questionei, e que não se prendia com esta proposta, prendia-se sim, com o Regulamento de Taxas, em que foi indicado pelo senhor Diretor, que havia um estudo económico que justificava as taxas, se podia ser facultado, e isso não foi facultado, nem está aqui respondido, só queria dar este esclarecimento.

António Costa Ferreira (PSD) – Sobre esta proposta, depois de a ler e perceber bem o que é que está em causa, acho que a bancada do PSD, recomenda que esta proposta seja retirada, e passo a explicar, portanto, o porquê. A primeira dúvida, isto é sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, ou não? É uma questão que gostava que me respondessem.

A proposta que aqui está, o objeto não corresponde ao conteúdo, digamos, do caderno de encargos, há aqui uma série de insuficiências do processo, do procedimento concursal, em que no âmbito do objeto é uma coisa, e depois, no caderno de encargos aparecem, portanto, descrições vagas, não há caracterização de materiais a aplicar, não há quantificação, não há orçamentação, portanto, há aqui todo um vazio, onde o princípio de equidade e de transparência não se verifica, digamos, no ato do concurso, e daí a nossa proposta, de ser retirada para reanálise de todo este processo.

Além do mais, o processo, não vem com as declarações de incompatibilidade dos júris, não vem com a proposta do gestor, não diz quais são os parâmetros que visa atuar durante a conceção.

O valor de 4.500 euros mensais, não se encontram devidamente definidos, nem sustentados, porque fala em dois anos de média, mas não apresentam, portanto, quem foi que geriu isto e as contas, para ser sustentado.

Eu, inclusivamente desloquei-me ao local, e há aqui um restaurante também, mas no terreno não há restaurante nenhum, há uma cafetaria.

Portanto, obras no valor de 740 mil euros, para drenagem de águas residuais, mas depois existe a dúvida se o empresário, ou o concessionário, vai ter que fazer todas aqueles trabalhos que não estão quantificados, nem caracterizados, para que haja uma situação de equidade perante todos os concorrentes, não há uma exigência de experiência no ramo, no concurso, há aqui uma série de questões que não são claras, nem transparentes, e, portanto, a nossa posição é da proposta ser retirada, e a Câmara reavaliar a situação, porque um concurso público, neste caso, os concorrentes têm de ter acesso à mesma informação, não pode basear-se em descrições, se o que lá vai fazer é de uma maneira ou é de outra, isto gera desequilíbrios e outras coisas, que eu não quero aqui mencionar, mas que efetivamente nós temos que ter noção, de que temos que tomar medidas, para que estas situações não apareçam.

Esta situação, senhor Presidente, revela que estamos perante uma segunda versão do contrato de concessão do estacionamento à cidade, onde o objeto não correspondia àquilo que se pretendia, e aparecia lá uns anexos, que a *“gente anda para aqui a lutar por eles”*, de 1 milhão e 400 mil euros, e não se sabe bem, como é que se vão ser aplicados e recuperados, e, portanto, eu deixava esse alerta, e gostava, portanto, que a Câmara, refletisse, neste modo de atuação em concursos públicos, ou outros, onde os princípios da clareza, do rigor e transparência, devem ser primordiais.

Vítor Rosa (BE) – Esta proposta aqui apresentada, e retirada em abril do ano passado, sem qualquer esclarecimento por parte do Executivo, porque recorro o que ficou em Ata, dessa sessão de 29 de abril do ano passado, quando este documento, ou um documento similar a este veio aqui, com a intervenção do Sr. Presidente da Mesa, *“ Segundo comunicação que hoje me chegou do Gabinete do senhor Presidente da Câmara, deverá ser retirada para melhor apreciação, esta deliberação, como esta proposta não tem origem na Assembleia, mas no próprio Executivo, julgo que deve ser considerado este pedido de retirada e não ser apreciada nesta sessão”*, ficámos à espera de quais os motivos que levaram à retirada, até hoje.

E a proposta que hoje vêm aqui, no seu conteúdo essencial, é exatamente o mesmo, então há que perguntar, porque os esclarecimentos que vieram há pouco, que chegaram aqui à Assembleia, continuam por se esclarecer, porque diz no esclarecimento, *“na proposta anterior era dada uma maior margem de manobra à concessionária, à qual agora, se restringiu”*, eu não consigo ver, onde é que está esta restrição.

Aquilo que nos parece a nós, relativamente a esta proposta, a presente Proposta de Concessão do Direito de Utilização Privativa do EcoParque do Outão Professor José Fernando Gonçalves, é o reconhecimento da incapacidade deste Executivo, de manter sob a sua gestão e, como tal a gestão pública deste EcoParque.

Depois dos investimentos já realizados na melhoria das infraestruturas, realizado ao longo dos anos, a Câmara, vem agora solicitar a esta Assembleia, a entrega da gestão deste espaço a privados, porque pelos vistos, não tem na sua capacidade orçamental 740 mil euros para as obras a realizar.

Esta é uma opção do Executivo, que deixa de ter na sua gestão por vinte anos, um bem patrimonial de elevada qualidade ambiental, e pelo qual, o eventual concessionário, irá pagar em vinte anos a quantia de 993 mil euros, ele há negócios assim, que deixa muitas dúvidas se o bem público ficará melhor servido.

O futuro concessionário, pagará em vinte anos de exploração, o custo da aquisição de dois T4, na zona nobre da nossa cidade, hoje avaliados em mais de 465 mil euros, poderá dizer-se que tem as obras no valor de 740 mil euros a seu cargo, mas é aqui que voltamos a perguntar, se não cumprimos com a execução orçamental em valores consistentes com o apresentado em sede de orçamento ano após ano, como é possível dizer que não tem possibilidades de assegurar as obras necessárias.

Em contradição com a sua própria política a nível nacional, em que critica quem no Governo, investe na recuperação do bem público, para o entregar à gestão privada, este é um exemplo claro, que afinal quando estamos no poder fazemos o mesmo que os outros, onde para a nossa credibilidade.

Este é um bem patrimonial, que no nosso entender, deverá ficar sobre a alçada da Câmara Municipal de Setúbal e não entregue a privados, por isso votamos contra esta proposta.

Flávio Lança (IL) – Depois da intervenção do deputado Costa Ferreira, que falou sobre algumas das nossas preocupações, que também subscrevemos, a minha intervenção será mais curta e vou-me reduzir aqui apenas a alguns pontos que queria acrescentar àquilo que já foi dito.

Nós acreditamos na concessão de espaços públicos, como uma ferramenta para melhorar a gestão e eficiência, reduzindo os encargos para o Município, no entanto, esta proposta apresenta aqui falhas, para nós, estruturais, que impedem o nosso apoio.

Primeira questão, falta de um processo concorrencial robusto, o modelo de concessão que se apresenta, inclui diferentes serviços num único contrato, estamos a falar de campismo, restauração e mercearia, o que pode afastar operadores especializados e criar aqui um modelo muito melhor.

A ausência de um modelo de revisão periódica da renda é algo que também nos preocupa, significa que o Município, pode perder oportunidades de valorização futura do espaço.

A segunda questão, é a falta de flexibilidade para futuras melhorias e concorrência, o contrato tem vinte anos de duração, sem cláusulas de reavaliação, o que pode tornar difícil qualquer ajuste, caso as condições de mercado mudem.

A concessão deveria ser desenhada de forma mais aberta, permitido a entrada de novos operadores no futuro, para garantir a inovação e qualidade.

Eu relembro que a Autarquia, deve garantir transparência e concorrência, se a concessão for mal estruturada, pode-se estar a criar um monopólio privado, que não beneficia nem os cidadãos, nem o desenvolvimento económico da região.

Senhor Presidente, e dirijo-me assim, já nos chega o monopólio do estacionamento, não queremos mais um, por estas razões, a Iniciativa Liberal, vota contra esta proposta, defendemos um modelo mais competitivo e transparente, que assegure um melhor retorno para o Município e um serviço de qualidade para os cidadãos.

Maria João Palma (PS) – A bancada do PS, ao analisar estes documentos teve dúvidas relativamente ao conteúdo dos mesmos, e a algumas ausências de esclarecimentos, e, por isso, concordamos com muito do que aqui já foi dito pelas outras bancadas, revemo-nos efetivamente em muito do que foi aqui apresentado, nomeadamente, pela bancada do PSD, pelo Deputado Municipal, António Costa Ferreira, e gostaríamos, de ouvir o senhor Presidente, no que tenha que dizer relativamente a este tema, para nos pronunciarmos acerca da possibilidade, ou para fazermos a proposta da possibilidade, de fazermos baixar esta proposta novamente à Comissão, e que não fosse votada hoje aqui.

No entanto, eu gostaria, se fosse possível, que o senhor Presidente, se assim o entendesse, prestasse alguns esclarecimentos, para depois pedir novamente a palavra, e então confirmar a solicitação de fazer a proposta de baixar à Comissão.

Presidente da Câmara – Esta proposta de facto, foi agendada numa anterior Assembleia Municipal, e foi retirada, porque se verificou que havia algumas situações que precisavam de ser melhor esclarecidas, não é verdade que a proposta seja a mesma, há ponderações que foram feitas e reavaliações que foram feitas.

Relativamente à questão central, trata-se do seguinte, a Câmara Municipal, fez um protocolo com a APSS, no sentido de gerir aquele espaço, eu creio que muitos dos senhores deputados e das senhoras deputadas, se lembram do estado em que se encontrava aquela utilização, nós sempre considerámos, que não era uma boa imagem para Setúbal, a forma como estava a ser tratada.

Quando terminou o compromisso com a entidade da APSS, com a Entidade, que estava a gerir aquele espaço, fizemos um protocolo com a APSS, no sentido da Câmara Municipal, poder intervir e qualificar o espaço.

Fizemos alguns investimentos, e o resultado da procura daquele espaço tem crescido significativamente, agora, praticamente todas as infraestruturas que estão lá, eram as que já estavam quando funcionava o Parque de Campismo, e também não tem tratamento das águas residuais, e, portanto, é necessário fazer investimentos significativos na requalificação daquele espaço e também nestas questões da qualidade ambiental.

Eu não ponho em dúvida, que este seja um processo complexo, mas que foi devidamente acompanhado pelos nossos técnicos, pelos nossos juristas, e, por isso, eu queria chamar a atenção do seguinte, é que, aquele espaço, é um espaço de grande atratividade, de muita gente, que gosta de utilizar aquele tipo de espaço e procura, e quando os cidadãos vêm, e têm condições para se instalar, naturalmente que isso contribui também para o desenvolvimento económico da nossa cidade e atratividade da mesma.

O que é facto, é que a Câmara Municipal, como eu já disse, para fazer os investimentos de requalificação, para colocar mais quatro equipamentos, creio que são mais quatro equipamentos, daqueles bungalows, que são muito atrativos, para recuperar e requalificar todo aquele espaço para colocar as caravanas, são custos muito elevados, investimentos muito elevados.

Por outro lado, para além destes investimentos, é preciso também termos em conta, os custos da operação, ou seja, para garantir o funcionamento do Parque, eu creio que os senhores deputados e senhores deputadas, acompanharam a racionalidade económica que nós procurámos fazer nas intervenções que fizemos na Casa da Baía e na Casa do Turismo, porque não se pode dizer que a Casa da Baía e a Casa do Turismo, dão lucro, quando não se faz as contas aos trabalhadores que lá estão, porque são pagos pela Câmara Municipal, e, portanto, procurámos seguir esse caminho, e hoje, a situação está equilibrada, é o que nós estamos a procurar fazer também com esta situação do Parque de Campismo do Outão.

É um espaço que tem muitas possibilidades de desenvolvimento económico, o que se propõe aqui, é que haja um investidor que assuma aquele investimento, e que garante esta renda durante os vinte anos, e que faça, naturalmente a criação dos equipamentos que são propostos de acordo com um plano que a Câmara Municipal elaborou e, portanto, no fundo, é isto, e volto a dizer, estes documentos, incluindo o caderno de encargos, foram elaborados pelos nossos técnicos e acompanhados pelos nossos juristas, e, portanto, o que é que eu posso dizer sobre isto, são pessoas qualificadas que conhecem o potencial, conhecem as características, sabem o que é que é importante para colocar ali, o caderno de encargos traduz exatamente isso, na minha avaliação.

Se os senhores deputados e senhoras deputadas, entenderem que a proposta não tem viabilidade, naturalmente que ela não seguirá, mas o que é facto, é que é lamentável que isso aconteça, porque vamos continuar a ter mais um Verão, em que, um conjunto de pessoas que podia se instalar ali com alguma qualidade de serviço, não o poderá fazer nas melhores condições, porque a Câmara Municipal, não tem condições para fazer agora o investimento que é necessário fazer, e, portanto, a questão fundamental é esta, os senhores deputados dirão, se esta é uma solução que serve os interesses do Município, que serve o interesse público, ou se não, no fundamental, é esta a questão que se coloca.

Presidente da Mesa, em substituição – Senhor Presidente, posso concluir, portanto, que vamos avançar com a proposta, que a proposta não é retirada, conforme foi proposto pelo PSD.

Presidente da Câmara – Sim.

Maria João Palma (PS) – Obrigado, senhor Presidente, pelos seus esclarecimentos, ainda assim, a bancada do Partido Socialista, gostava de deixar claro que não se opõe, obviamente, que se faça uma concessão em regime privado ou para um privado.

No entanto, persistem algumas dúvidas, e persiste para nós a necessidade cabal de esclarecimentos, e, como tal, nós sugerimos, ou propomos que esta proposta baixe à Comissão.

Presidente da Mesa, em substituição – Já agora só para esclarecer, a proposta já esteve na Comissão, já foi discutida, e agora vieram os esclarecimentos complementares, só para não ficarem dúvidas quanto a isso.

Maria João Palma (PS) – Efetivamente, o senhor Presidente, acaba de nos prestar esclarecimentos, mas muito generalistas, para que se proceda a uma análise profunda e uma tomada de decisão profunda, e uma votação que seja transparente, nós carecemos de esclarecimentos, que obviamente, não são generalistas e que requerem outros dados e um acompanhamento técnico, para que nós decidamos em conformidade.

Flávio Lança (IL) – Só queria aqui referir, e dirijo-me diretamente ao senhor Presidente, pela sua intervenção, que ouvi com toda atenção, é mesmo meu entendimento e da Iniciativa Liberal, que é bom para os municípios que esta proposta não avance, e não avance nos termos em que está escrita, quando nós lemos na proposta, que diz “*estima-se que a preços de 2022, os investimentos em infraestruturas possam atingir 740 mil euros*”, eu pergunto ao senhor Presidente, se estivesse no meu lugar e tivesse uma estimativa a ser votada em 2025, a dizer 2022, ou seja, está a estimar um valor de investimento a preços de 2022, e estamos a votar em 2025.

Eu pergunto-lhe, votaria a favor em consciência, no meu lugar, é isto que eu lhe queria dizer!

António Costa Ferreira (PSD) – Quero reafirmar que o processo procedimental que está em causa, não reúne condições e sofre de insuficiências e incorreções, nomeadamente, há erros, ou é 33 mil metros quadrados, ora é 33500 metros quadrados, mas isso é de somenos, o problema que o colega levantou, a preços de 2022, portanto, é um desfazamento que nos dias de hoje é significativo. Por outro lado, volto a dizer, o objeto da concessão, não casa, com aquilo que é pedido, digamos, ao concessionário, e isto contorna, portanto, a contratação pública direta.

Portanto, nós, fazemos a concessão, mas depois o controlo e a qualidade daquilo que vai aparecer, não há! Só quero chamar a atenção, que não estão criadas as condições de equidade tecnicamente para que os concorrentes formulem uma proposta honesta e séria.

Simão Calixto (CDU) – Da parte da bancada da CDU, não nos opomos a que esta proposta desça à Comissão de Administração e Finanças, para melhor ponderação.

Presidente da Mesa, em substituição – Senhor Presidente da Câmara, perante esta situação, a proposta mantém-se? Desce à Comissão?

Presidente da Câmara – Só queria salientar o seguinte, como os senhores deputados, muito bem sabem, se o investimento for da Câmara Municipal, vai levar vários anos para se realizar aquela obra que é necessária, se o investimento for feito por uma instituição privada pode ser realizada rapidamente.

Eu creio que todos percebem, o que é que isto significa, o que está aqui em causa, sabem que os procedimentos da administração, naturalmente que, obrigam aos seus tempos próprios, se a Câmara, recorresse a um empréstimo, ir à Câmara, ir à Assembleia, todos esses processos, e, portanto, depois realizar a obra, a questão é esta.

Depois a outra questão, como disse o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, esta proposta foi à Comissão! Na Comissão, estavam os técnicos que podiam dar as respostas.

Ouviu-se na sala, que os técnicos não estiveram presentes na comissão.

Presidente da Câmara – Senhor Presidente da Mesa, eu gostava de saber se os técnicos estiveram na Comissão, ou não!

Presidente da Mesa, em substituição – Senhor Coordenador da Comissão, pode esclarecer a questão, se os técnicos estiveram ou não na Comissão.

Afonso Luz (CDU) – Não! Quando li o parecer, eu referi isso mesmo. Não estava nenhum técnico que pudesse na altura prestar esclarecimentos, os técnicos que estavam, não tinham conhecimento sobre esta proposta que pudessem prestar os esclarecimentos que foram solicitados, por isso, quem podia fazer o esclarecimento, fê-lo agora por escrito, e foi distribuído.

Já que me foi dada a palavra, aproveitava para dizer que estranho um bocado a discussão que está a haver à volta desta situação, pelo menos por parte do PS e do PSD, uma vez que, isto foi aprovado por unanimidade na Câmara, estranho estas posições agora.

Manuel Fernandes (PS) – Apenas acrescentar àquilo que já foi dito pelo Coordenador da Comissão, efetivamente os técnicos que lá estavam, não se sentiram em condições para esclarecer as dúvidas. As dúvidas que foram colocadas em sede de comissão, foram exatamente as mesmas que foram aqui colocadas.

Estamos a falar de um investimento de grande monta, tal como o senhor Presidente, disse e bem, é um investimento de grande monta, a concessão não é uma coisa pouca, estamos a falar de vinte anos.

Estamos a falar de investimentos de grande envergadura, e também o retorno económico também deve ser de grande envergadura, tal como o senhor Presidente disse e nós corroboramos da pertinência do assunto, é um assunto que é estratégico para o concelho, porque estamos a falar do “principal” Parque de Campismo que o concelho tem, portanto, estamos a falar de uma infraestrutura de grande importância estratégica para o concelho de Setúbal, e aquilo que nos leva a tomar uma decisão aqui, deve ser perante todos os factos e perante um esclarecimento cabal de todas as dúvidas que possam surgir relativamente à parte do financiamento, à parte das obrigações do concedente, das obrigações do concessionário, da necessidade de investimentos que são necessários fazer e a parte jurídica que também deve ficar esclarecida.

Tudo aquilo, que foram as dúvidas, que foram colocadas em sede de comissão, não ficaram esclarecidas, o parecer, que o sr. Coordenador, aqui evocou, também não traz novidade em relação àquilo que o senhor Presidente aqui também disse, portanto, já a minha camarada disse, e eu corroboro, eu penso que, discutindo novamente este assunto com os técnicos devidamente avaliados, para que se tome em consciência uma decisão, para podermos votar aqui na Assembleia Municipal, eu penso que baixar à Comissão é neste momento, o que é mais ajuizado.

Presidente da Câmara – Naturalmente que face à informação que foi prestada agora e quem decide sobre esta questão, naturalmente que é a Assembleia, é soberana, e eu acho que deve ser a Assembleia, a decisão da Assembleia é soberana e deve-se cumprir.

A Câmara Municipal, nós fizemos o nosso trabalho, que foi apreciar a proposta e votá-la, trazê-la à Assembleia que é a nossa responsabilidade, o nosso compromisso, a Assembleia tem um entendimento e, naturalmente que nós respeitamos o entendimento que a Assembleia tem.

Presidente da Mesa, em substituição – Obrigado, senhor Presidente, portanto, conclui-se que, a proposta por no fundo uma posição da Assembleia, quase de forma unânime, baixa novamente à Comissão e virá à próxima Assembleia Municipal, que na pior das hipóteses, será na assembleia ordinária de abril, e, portanto, vamos então tomar esta decisão da Assembleia, votando a baixa da Proposta à Comissão de Administração e Finanças, novamente.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, para baixar à Comissão de Economia, Administração e Finanças, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 50.

6. Deliberação n.º 05/2025/AM – Delib. CM n.º 59/2025 – Abertura de procedimento concursal para o cargo de Adjunto Técnico da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

Flávio Lança (IL) – Eu queria intervir, só para fazer aqui um conjunto de questões, porque a minha intervenção neste momento depois de ler, é só essa mesmo.

Qual é o motivo de escusa do senhor Comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal? Foi uma razão meramente administrativa, ou devemos ter aqui algum esclarecimento adicional? Existe alguma divergência sobre a necessidade de este cargo? Eu sinceramente fiquei com muitas dúvidas, porque acho que a proposta tem muito pouco esclarecimento, e simplesmente só a troca do júri, e era isto que eu gostava de perceber, se for possível, claro.

Vice-Presidente da Câmara – Este procedimento já veio aqui à Assembleia Municipal, o júri foi aprovado, abriu-se o procedimento, concorreram diversos candidatos que tinham os requisitos para tal. Perante a análise dessas candidaturas, o senhor Comandante, decidiu por questões pessoais e familiares, se teria obrigação de pedir a renúncia da sua participação no júri, e, portanto, como este júri é aprovado na Assembleia Municipal, trazemos aqui novamente a constituição de um novo júri.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões cinco Deputados Municipais, três do PS e dois do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 16 da CDU, 7 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 51.

7. Deliberação n.º 06/2025/AM – Delib. CM n.º 60/2025 – 2.ª Alteração ao mapa de pessoal aprovado para o ano de 2024

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS e PAN e as abstenções do PSD, CH, BE e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

Flávio Lança (IL) – Estamos a falar de mais pessoal e o meu discurso vai obviamente no mesmo sentido. Porque é que esta nomeação está a acontecer agora, a poucos meses das eleições? Se o cargo é essencial para a segurança dos cidadãos, porque é que não foi preenchido antes? Se a urgência é real, porque é que se esperou por esta fase do mandato? Portanto, a transparência e a meritocracia são valores fundamentais, mesmo não sendo obrigatório, porque não realizamos um concurso público, para garantir que o cargo seja ocupado pelo melhor profissional disponível. Um liberal, não aceita nomeações políticas sem escrutínio, portanto, o cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil, não pode ser apenas uma escolha pessoal do Executivo, sem concorrência e sem critérios claros. Mesmo que a Lei o permita, há um dever ético e de boa governação, que exige processos mais transparentes, por isso, a Iniciativa Liberal, propõe boas práticas, para futuras nomeações públicas, como, publicar avisos de abertura de concurso detalhando os requisitos, estabelecimento de um processo seletivo transparente e objetivo assegurando a meritocracia, constituição de um júri independente garantindo a imparcialidade e divulgação pública dos critérios de seleção e do currículo do nomeado. Estas medidas, embora facultativas, e reforço, reforçariam a confiança dos munícipes na gestão municipal. A Iniciativa Liberal, vai votar contra esta proposta, porque defendemos uma governação transparente, baseada no mérito e na competência e não em decisões de última hora sem uma explicação convincente.

Vítor Rosa (BE) – Gostaria de ter um esclarecimento relativamente a esta deliberação, uma vez que todo o enquadramento remete para o Coordenador Municipal da Proteção Civil, e depois temos aqui a criação de dois cargos de Dirigentes Intermédios, sem uma explicação mais profunda.

Vanessa Silva (CDU) – Só queria colocar uma questão, eu sinceramente não percebo, o senhor deputado Flávio lança, porque um Liberal, também deve conhecer a Legislação em vigor, não é!

Há um conjunto de matérias, que aqui são colocadas, que são exigências legais, os procedimentos concursais, não são levados a cabo pela vontade do senhor Presidente da Câmara ou da senhora Vereadora ou do conjunto dos Vereadores, na Câmara Municipal, há obrigações legais, há inspeções sobre os concursos, portanto, todas as questões que levantou estão colocadas na Legislação em vigor, que aliás está aqui colocada para conformar o processo.

Portanto, a apreciação que é feita de seguida, tem de ser de acordo com isso, esse desconhecimento não pode alegar, é absolutamente transparente, está na Lei.

Flávio Lança (IL) – Só dizer que não é desconhecimento da Lei, o irmos mais além do que a Lei, não é incumprir a Lei, é só isto que eu lhe queria dizer, obrigado.

Vice-Presidente da Câmara – Relativamente à questão do cargo da Proteção Civil, de Coordenador de Proteção Civil, está previsto na Legislação, e está previsto desta forma, portanto, se houver aqui eventualmente algum melhoramento a fazer, deve ser no âmbito da Assembleia da República, que essa proposta deve ser realizada, para que possa ser feito de outra maneira.

Este não é um cargo de Dirigente, mas sim, um cargo equiparado a Dirigente, nestas condições que aqui estão preconizadas, exatamente igual àquilo que acontece com o cargo de Comandante dos Bombeiros, é exatamente a mesma coisa, portanto, é uma nomeação do senhor Presidente da Câmara, que não está sujeito ao regime da Lei dos Dirigentes e dos Quadros de Dirigentes, apenas está equiparado para efeitos remuneratórios, ao Estatuto e à Tabela dos Dirigentes, e por isso é que ele aparece aqui.

Estar-mos a abrir o procedimento, seria até, não fazermos de acordo com a Lei, na minha opinião. Relativamente aos cargos de 3.º Grau, eles são consequência da aprovação da proposta da Estrutura, e eu queria dizer aos senhores deputados, que também iremos levar à Câmara Municipal, a criação do cargo de Chefia da Equipa de Projeto, para os fundos comunitários, que não vem nesta proposta, e que virá também, mais tarde.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria, com 26 votos a favor, 16 da CDU, 7 do PS, 1 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, 1 voto contra da IL e 6 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 52.

8. Deliberação n.º 07/2025/AM – Delib. CM n.º 93/2025 – Alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 dos SMS – Criação de 8 postos de trabalho em várias carreiras/categorias – SMS

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, BE e PAN e as abstenções do PSD, CH e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal, reconhece que um Município bem gerido precisa de recursos humanos adequados para cumprir as suas funções essenciais.

As contratações previstas nesta proposta já estavam incluídas no Mapa de Pessoal para 2025, aprovado anteriormente, e foram previstas no Orçamento Municipal deste ano, não se trata, portanto, de um aumento inesperado da despesa com o pessoal, mas sim da concretização do que já tinha sido planeado.

Contudo, não podemos ignorar que a despesa com o pessoal nos Serviços Municipalizados, têm vindo a crescer continuamente, sem que haja um debate transparente sobre como estas contratações contribuem para a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.

A nossa posição não é contra a existência de trabalhadores nos Serviços Municipais, mas sim a favor de uma gestão mais eficiente, onde cada contratação seja parte de um plano estratégico de longo prazo. Por esta razão, a Iniciativa Liberal, opta pela abstenção, gostaríamos de continuar a ver relatórios periódicos a serem apresentados e que demonstrem de forma clara o impacto destas contratações na qualidade dos serviços prestados e na sustentabilidade financeira dos Serviços Municipalizados.

Alexandre Teles (PSD) – Vou fazer uma questão direta! Qual é a justificação para criar mais 8, se ainda estão 28 lugares vagos?

Vereador Carlos Rabaçal – Tive oportunidade, em tempo, de fazer referência que nós recebemos os Serviços de Água e Saneamento, com um défice de cerca de 60 trabalhadores que transitaram das Águas do Sado para os Serviços Municipalizados.

Nessa altura, tínhamos equipas de 6 trabalhadores, reduzidas a 2, nalguns casos a um trabalhador, portanto, nós estamos a fazer um esforço muito grande de recuperar esse défice e regressar, não é ir muito mais além, à mediana de trabalhadores com que as Águas do Sado trabalharam ao longo de muitos anos, menos nos últimos anos em que foi deixando sair trabalhadores e não foi recuperando, portanto, esta é a primeira questão.

A segunda questão, é que nós decidimos, para garantir uma maior eficiência, e estou de acordo com o senhor deputado da Iniciativa Liberal, no nosso relatório anual vão verificar a relação da eficiência dos trabalhadores com o serviço prestado.

Nós neste momento precisamos de criar, e estas propostas estão novas, três equipas de piquete na água e quatro equipas de piquete no saneamento, portanto, andamos a fazer um esforço muito grande, para garantir a qualidade do serviço e dar uma resposta mais eficiente, é daí que vem estas propostas, se virem as propostas é sobretudo operacionais, e que tem este objetivo.

Também, tem havido algum crescimento de trabalhadores nos Serviços Municipalizados, decorrentes de algum défice de trabalhadores na área dos resíduos, que já era reconhecido na altura, quando estavam na Câmara, reconhecíamos isso, mas também pelas novas tarefas que estão a ser atribuídas aos Municípios, na área dos resíduos, sucessivamente.

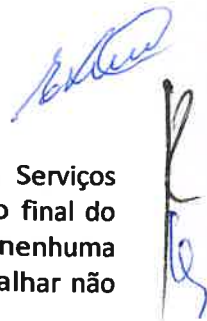
Nesse terreno, tem sido necessário, não só investir em equipamentos, mas também, em pessoas que façam essa gestão.

E já agora, para falar em eficiência, só dar esta nota, nós vamos trazer, a breve prazo, uma proposta de aquisição de equipamentos, que vai fazer com que, por exemplo, nós em vez de gastarmos 600, 700, 800, e neste ano, seriam 950 mil euros para ser mais preciso, em aluguer de viaturas para o levantamento dos contentores enterrados, com metade desse dinheiro, vai ser possível fazermos internalização e ter economia de escala com os nossos equipamentos e com os nossos trabalhadores, fazendo melhor e mais barato, essa atividade.

Portanto, há aqui uma série de movimentos, que em sede de relatório anual podemos aprofundar e esta proposta vem nessa linha, de consolidar e qualificar as equipas que estão no terreno a prestar serviço à nossa população.

Mário Aranha (PS) – Uma questão rápida e uma constatação, perguntar, quando o senhor vereador refere uma equipa, mais uma equipa, ou que precisamos de uma equipa de piquete para as águas e quatro para o saneamento, se isso é regressar à mediana dos tempos da Águas do Sado, ou se não é mesmo o acréscimo, para melhorarmos a qualidade de serviço que existe atualmente.

A constatação, é que vejo com agrado que pelo menos nos Serviços Municipalizados, vão seguindo as recomendações do Partido Socialista, de haver investimento, e que havendo investimento, baixar os custos operacionais, libertando recursos para mais investimento e para melhorar a qualidade de serviço.



Vereador Carlos Rabaçal – Nós começamos há seis anos a defender a estratégia para os Serviços Municipalizados, não foi ontem, foi um trabalho que levou o seu tempo, depois na reta final, no final do mandato, início deste mandato, foi feito um esforço maior, e não me lembro de todo de nenhuma recomendação do Partido Socialista, para nós fazermos, o que estamos a fazer, mas pronto se calhar não ouvi nessa altura.

Em relação às equipas, no caso das quatro equipas, é um reforço de uma equipa.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 26 votos a favor, 16 da CDU, 8 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 8 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 53.

9. Deliberação n.º 08/2025/AM – Delib. CM n.º 96/2025 – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipal e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PS, PSD, BE, PAN e IL e o voto contra do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

Mário Aranha (PS) – Relativamente a esta proposta de alteração dividimos aqui em duas partes, obviamente que analisando em termos muito concretos estas alterações, grande parte são devidas a acomodar no orçamento municipal investimentos no PRR, e obviamente que sendo investimento, o PS não tem nada a apontar.

A questão aqui que se põe, é uma questão um bocadinho mais estrutural, se nós formos ver individualmente das propostas que vão ser financiadas pelo PRR, obviamente que, penso que são mais ou menos consensuais, acho que nem sequer o CHEGA e a IL, poderão votar contra, por exemplo, a construção de um novo Centro de Saúde, ou uma nova Escola Primária ou recuperarmos a Estrada da Mitrena, ainda para mais, aproveitando as verbas do PRR, que supostamente são a 100%, o senhor Presidente, diz que não são, mas eu vou acreditar na palavra do senhor Presidente, mas é uma percentagem muitíssimo alta.

Contudo, aqui temos de pensar todos estes milhões que são investidos, e que estão prometidos, e pensamos nós que vão ser concretizados, nós achamos, Partido Socialista, que não cumpre os objetivos do PRR, portanto, estes investimentos individualmente são bons investimentos, no seu conjunto não cumprem os objetivos do PRR e vão ser uma oportunidade perdida.

O PRR, vai transformar Setúbal numa Smart City? Não vai!

Vai transformar Setúbal num concelho mais competitivo, com empresas de alto valor acrescentado? Não vai!

A Câmara, as empresas, Setúbal no seu conjunto, vai ser um Concelho mais descarbonizado e mais digitalizado? Não vai!

O Concelho, vai ter mais habitação pública a custos controlados, habitação social ou a renda acessível? Não vai!

Portanto, nós aqui não votaremos contra estas alterações, mas também não podemos votar a favor, tendo em conta que os objetivos para o qual o PRR foram criados, não vão ser atingidos.

Acresce ainda que um bocadinho à boleia destas alterações para acomodar o PRR, os velhos hábitos mantêm-se, ou seja, lá diz o povo na sua sabedoria, “*que pau que nasce torto, tarde ou nunca, se endireita*” e temos aqui vários exemplos, nas várias páginas que nos são apresentadas, por exemplo, um Projeto chamado “*RESET*”, que é a instalação do Ninho de Novas Iniciativas Empresariais, onde estava previsto investir 148 mil euros e vai baixar para 6500 euros, ou seja, nesta área não vai ser feito nada.

Temos outro Projeto chamado “REACT – EU”, previsto de 2022, que tem um título de Arborização de Espaços Verdes e Criação de Ilhas Sombra em Meio Urbano, previstos 60 mil euros, vão passar para 0, portanto, estes 2022 vão continuar.

Publicidade, estavam previstos 1 milhão e 675 mil euros, vai ter um acréscimo de 133 mil euros, face a 2024. Despesas de funcionamento, por exemplo, do Departamento de Juventude e Desporto, com o pomposo título de “Outros Serviços”, mais 1 milhão e 530 mil euros, uma verba total de mais de 5 milhões.

Os “Juros de Mora”, mais 500 mil euros em juros de mora, estão previstos chegar a 1 milhão e 500 mil euros. “Outros Serviços”, em termos de Projetos, portanto, sem qualquer tipo de designação, sobem mais 729 mil euros.

O “Boletim Municipal”, está previsto gastar em 2025, 281 mil euros. Projetos, como por exemplo, a “Regeneração do Bairro dos Pescadores”, que está previsto desde 2016, vai ser acrescentado mais um ano, isto é mais uma obra de Santa Engrácia. A “Reabilitação do Campo Júlio Tavares”, nas Praias do Sado, tem prevista a verba de 600 euros, eu volto a repetir... a Reabilitação do Campo Júlio Tavares, 600 euros.

O “Plano de Promoção de Eficiência de Consumos de Energia Elétrica”, esta linha aberta desde 2018, está previsto investir, em 2025, cerca de 916 mil euros, pergunto!

Era um ótimo candidato ao PRR, porque é que não foi para o PRR?

E, inclusivamente, futuramente vai permitir não só a defesa do ambiente e o combate às alterações climáticas, como poupar, presume-se dezenas de milhares de euros por ano, em termos de consumos de energia, por parte da Câmara Municipal.

Em conclusão, agregado às alterações do PRR, continuam estes exemplos do que é a gestão CDU, que vem desde os tempos de Maria das Dores, e que continua, a equipa é basicamente a mesma.

Também de referir que este PRR, sofre de um mal, está hiper centralizado, ou seja, nós Partido Socialista, e nós, enquanto Autarcas, PCP, etc., queixamo-nos e com muita razão, que Portugal é um país extremamente centralista, centralizado, etc., mas depois, a Câmara, tem aqui um instrumento fantástico chamado PRR e está todo centralizado na cidade, ou seja, por exemplo, Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, estive a ver, não vejo um único projeto do PRR, que vai ser financiado, ou até com algum significado, por exemplo, uma construção de habitação acessível, agora inclusivamente, há uma empresa portuguesa de Braga, que faz módulos pré-fabricados com enorme qualidade, por exemplo, Azeitão, também não vimos qualquer verba do PRR aplicada em Azeitão, no Sado, vai ter uma, felizmente, que é a recuperação da Estrada da Mitrena, que também, já nem é uma série da Netflix, é uma telenovela venezuelana, são tantos meses, tantos anos, tanta história, tanta confusão, que nós não sabemos quando é que aquilo acaba, e no fundo quanto é que vai gastar, de referir ainda, em termos de investimento “não PRR”, pelo que nós vimos em termos de projetos que estão previstos, mais uma vez, por exemplo, para o Sado 0% do orçamento, Azeitão 1% e Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, 0,31%.

Eunice Pratas (PS) – Depois do debate que houve ao longo desta Assembleia Municipal, falámos de investimentos nas freguesias, mais uma vez é de salientar a ausência de investimento nas freguesias periféricas do nosso concelho, aliás, fala-se do Parque Verde, que ainda hoje eu estou para perceber se vai ter 4 hectares, 5 hectares, fala-se de um investimento de mais de 1 milhão de euros, vemos aqui uma dotação corrigida, nem chega a 300 mil euros.

Para não falar que o único investimento do orçamento municipal, que vamos ter na Freguesia do Sado, é o Praiense, 600 euros, quando tivemos todos, um apelo ao voto para acedermos a isso.

Falou-se no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto, o Presidente de São Sebastião, fez e bem, defendeu a sua medalha, mas depois, não ouvi ninguém das freguesias periféricas, dizer que não há um investimento.

Intervenção inaudível na sala.

Eunice Pratas (PS) - Sim periféricas!

Gâmbia Pontes e Alto da Guerra, Azeitão e Sado, são freguesias periféricas, porque talvez se não fossem periféricas, tinham investimento e valiam muito mais, do que o metro quadrado diamante, porque muda o executivo da CDU, mas não muda os investimentos apenas no centro da cidade, porque nas Pontes e Alto da Guerra e no Sado, ainda faltam multibancos e coisas que vocês acham que é do quotidiano.

Para terminar, eu quero só esclarecer o seguinte, os investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal, não são investimentos da Câmara Municipal e nós temos vindo a confundir isso, temos vindo a confundir investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal com o orçamento municipal, porque afinal, o maior investimento municipal na Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, foi o IMAPARK de 4 milhões de euros, isto é uma metáfora, porque as ruínas e o abandono está aos olhos de quem vê, e estas freguesias continuam abandonadas por estes constantes Executivos.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Não era para intervir, mas isto por vezes, se calhar, de uma pessoa já andar cá há muitos anos, tem vantagens e desvantagens. Uma desvantagem é porque já está a ficar mais velhote, as outras vantagens é que nós conseguimos recordar bem o passado e quando o Partido Socialista, fala muitas das freguesias da periferia, o Executivo do Partido Socialista, não conhecia as freguesias sequer da periferia.

Eu quando cheguei à Junta em 98, não havia uma pessoa a varrer na freguesia, não havia um espaço verde na freguesia, não havia recolha de monos na freguesia, eu sei que os senhores deputados não gostam de falar do passado, mas o passado é perto ainda e os senhores falam muito, falam muita coisa e falam de desorganização, falam num conjunto de coisas, mas os senhores aquilo que fizeram, aquilo que aprovaram, na Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, naqueles três loteamentos, há lá coisas que foram aprovadas, que foram crimes, foram crimes.

Paulo Lopes (PS) – Crimes...isso é uma acusação gravosa

Luís Custódio – (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) – E é!

Paulo Lopes (PS) – Então, se foram crimes porque é que não denunciaram?

Luís Custódio – (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) – Quando se aprova três loteamentos daquela dimensão, e nem se têm o cuidado de deixar um espaço para fazer a ampliação da escola, desculpem os senhores deputados, isto podemos-lhe chamar outro nome qualquer, mas é de uma irresponsabilidade total.

A questão dos investimentos, uma coisa que o Partido Socialista, andou a ventilar muito, que era a questão do saneamento, que falaram durante muitos anos, mas durante os dezasseis anos que o Partido Socialista, esteve na Câmara Municipal, na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, fizeram um quilómetro de saneamento básico e fizeram a estação elevatória, foi aquilo que fizeram, porque o resto foi feito no tempo do Francisco Lobo, e foi feito depois pela gestão CDU, e, mesmo com todas as dificuldades, mesmo com o Serviço Concessionado, a Câmara Municipal, conseguiu levar água e saneamento à localidade de Gâmbia, que foram feitos treze quilómetros de saneamento básico, duas estações elevatórias, uma ETAR, onze quilómetros de abastecimento público de água e onze quilómetros de rede viária requalificada.

Os senhores deputados, falam também muito do Parque Verde, mas o Parque Verde devia ter sido exigido quando foi aprovado o Loteamento, devia ter sido exigido ao Promotor do Loteamento, naqueles três loteamentos, não foram exigidos, a construção de um parque infantil, todos aqueles que lá existem foram construídos pela gestão CDU, tanto da Junta de Freguesia como da Câmara Municipal.

Como também, como é que se pode aprovar loteamentos daquela dimensão, e nem terem contemplado um passeio que ligasse o Alto da Guerra aos novos Loteamentos, deixaram aquela coisa, palavra pomposa que se utiliza, o prado sequeiro, significa o quê, um lancil com erva, é disto que estamos a falar.

Neste momento, além do passeio ciclável que está a ser feito, junto à Estrada de Algeruz, as obras do Parque Verde que estão em marcha, duas coisas que não estavam contempladas e que foram feitas, ou vamos lá, uma foi feita, que foi a requalificação da Vala da Quinta da Amizade, a outra que está a ser feita, o Emissário na zona onde vai ser o Parque Verde da Quinta da Amizade.

A passagem de terrenos da Câmara Municipal, para a Junta de Freguesia, onde permitiu que a Junta de Freguesia, construiu-se, e que está numa fase final, a construção do Pólo Operacional da Serralheira, e a possibilidade de se construir um Quiosque, que está adjudicado, com o contrato assinado, na Quinta da Serralheira e outro na Quinta da Amizade.

A senhora deputada Eunice Pratas, esteve na reunião, onde foram apresentadas as obras de saneamento, que é um investimento entre a Câmara e os Serviços Municipalizados, de mais de 2,5 milhões de euros.

Podia estar aqui a enumerar uma grande quantidade de obras relevantes, mas de menor dimensão que são feitas em parceria com a Junta e com a Câmara Municipal, e por isso quando se vem para aqui falar, quando nós não conhecemos a realidade das coisas é um bocadinho complicado.

E já agora, senhor deputado Paulo Lopes, quando se fala em crimes ambientais, eu pergunto, ao Partido Socialista, onde é que andou, quando houve o maior crime ambiental deste mandato, ou se calhar, dos últimos anos, que foram aquelas descargas ilegais, durante cinco meses na Sado internacional, que mataram tudo quanto havia vivo no Esteiro do Moinho, e que esteve lá, o PCP, os Verdes, o PSD, e o Partido Socialista, nem uma palavra, nem uma palavra, sobre aquela questão, e não digo mais, fico-me por aqui.

Nuno Gabriel (CH) – Isto parece-me que entre o PS e o PCP, “*venha o diabo e escolha*”, a verdade é esta, em décadas de Executivos, quer do Partido Socialista, quer do PCP, temos uma freguesia, “*...podem se rir, as pessoas que estão em casa e que moram nesta freguesia, seguramente, não se estarão a rir*”.

Nós em 2025, ao dia em que aqui estamos a falar, há pessoas que ainda não têm saneamento básico, já sei que vão dizer que vão fazer.

Simão Calixto (CDU) – Estamos a fazer!

Nuno Gabriel (CH) – Estamos em 2025! Como é que se chegou a 2025, sem que tenha sido feito?

E isso é que devemos falar, é isso que devemos discutir! Por isso, é que eu digo entre o PS e o PCP, “*venha o diabo, com muita sorte, venha devagarinho e escolha*”.

Presidente da Câmara – Eu já tenho dito várias vezes, há aqui alguns senhores deputados, que não conseguem ver o que os outros cidadãos, os outros munícipes veem, “*porque é que havemos de estar a gastar latim*”, como se costuma dizer, como diz o povo, com situações destas, não veem, não querem ver, não veem, agora, atenção a algumas questões!

Fala-se aqui das freguesias da periferia, que não têm investimento, os senhores deputados não têm ou não querem ter, ou reconhecer, aquilo que são os votos que fizeram, aprovaram a descentralização para as freguesias.

O Município de Setúbal, hoje, é a nível nacional, o Município que tem maior descentralização em valor para as nossas Freguesias, naturalmente, que essa distribuição, as freguesias não são todas iguais, mas a distribuição foi feita de acordo com as próprias Freguesias e foram aprovadas as distribuições. Há um caminho ainda a percorrer, há ajustamentos a fazer, foi um processo complicado, arriscado, é verdade! Porque, quando a Câmara Municipal, deixa de fazer, de intervir, em matérias tão importantes do dia a dia e quando as Juntas de Freguesia, ainda não estão em condições de assumir essa transferência, porque era necessário contratar pessoal, é necessário contratar equipamentos, e todos sabem, quanto tempo é que leva um concurso público para contratar pessoal, todos sabem isso, e, portanto, houve aqui um tempo de alguma dificuldade, isso é verdade, e há que continuar a fazer esses ajustamentos, nesta relação que a Câmara Municipal, tem com as Juntas de Freguesia.

Agora é verdade, as Juntas de Freguesia, têm hoje valores que nunca tiveram, para desenvolver as competências e dar resposta às competências, que estavam na Câmara Municipal, e têm os meios financeiros, ao contrário, do que tem acontecido com os sucessivos Governos, na transferência de competências, ou das responsabilidades, melhor dizendo, para os Municípios, nós aqui, fazemos, discutimos, aprofundamos e avaliamos e estamos naturalmente, a fazer os ajustes, para que não haja aqui penalizações, depois na prática, o que acontece, é que há também uma parceria, entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, nos investimentos.

Quando nós dizemos que neste mandato, nós temos o maior investimento, na área da Educação, na área do Desporto, na área da Cultura, na área da Saúde, na área do Ambiente e dos Espaços Verdes, na área do Apoio ao Movimento Associativo, na área da Modernização do Comércio Tradicional e na área da Habitação, senhoras e senhores deputados, isto é feito, distribuído naturalmente, pelas várias Freguesias, mas tendo sempre em conta, aonde é que há a maior concentração populacional.

O senhor Presidente, da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, referiu-se aqui a várias coisas, que foram situações que foram deixadas de uma anterior Gestão, que de facto, nunca deveriam ter acontecido, mas ainda hoje, aquelas populações sofrem as consequências, de ter três urbanizações, três grandes urbanizações, e que não têm um espaço para atividade comercial.

Eu não acredito que quem estava na Câmara Municipal, não lhe tenha passado pela cabeça, da responsabilidade, de criar, ou melhor, de deixar construir, aquelas três urbanizações, sem ter, sem deixar espaços comerciais de proximidade, para que as pessoas possam ter acesso, e, portanto, uma das maiores ambições, que aquela população tem, é de facto a ligação através de uma via, para a zona comercial do Município, e isso, é uma das grandes ambições, e por isso, nós estamos a fazer também uma obra, que é criar melhores condições de acesso e de mobilidade, junto à Estrada de Algeruz, no sentido de garantir que, por aquela via as pessoas tenham mais facilidade de mobilidade, com um passeio que não existia e que já está em obra e avançada.

Isto é só para dizer que nós olhamos para o território, falamos com as populações e é em função daquilo que são as reivindicações, as expectativas das populações, que nós orientamos também os nossos investimentos. Quem não quer ver esta realidade, naturalmente, que nós não podemos fazer nada contra isso, agora o que é facto, é que estes investimentos estão em desenvolvimento no nosso concelho, e como já disse, nós como Município Participado e esta questão de termos as freguesias, cada vez com maior capacidade na proximidade das pessoas e dos problemas, estamos a preparar-nos para cada vez melhor, dar resposta a esses problemas das populações.

Dou apenas um exemplo, nesta questão da descentralização, é verdade, que há uma tendência em todo o lado, de concentrar, por exemplo, no caso dos equipamentos, de concentrar nos grandes centros urbanos os equipamentos, uma das medidas que nós decidimos e um compromisso que nós temos no nosso compromisso eleitoral, é exatamente de criar em zonas diferentes do nosso concelho dois Auditórios Multiculturais, um que está para ser construído em Azeitão, em Brejos, aquilo que nós dissemos há uns anos que era uma nova centralidade, e que as coisas estão a acontecer, o que nós dissemos, afirmamos isso, e os investidores, os particulares, tem estado a fazer lá os seus investimentos, e de facto, com o investimento público que agora vai acontecer com a construção do Mercado e com a construção do Auditório, com o investimento que os privados, têm feito naquela zona, aquela centralidade está a acontecer, e isso é ter essa possibilidade da descentralização, estamos a falar da Cultura, nesse domínio, o outro compromisso, é de exatamente, construir junto da futura Escola do 1.º ciclo, na Quinta da Amizade, que dê resposta a uma situação, porque aquela escola que está lá, não tem condições para ser ampliada, e, portanto, é uma nova escola que vai ser construída, e é junto dessa escola, que se vai ter um Auditório, também para uso multicultural, exatamente para poder servir a escola do 1.º ciclo e naturalmente servir também as populações nas atividades culturais.

E desta forma, é possível que os nossos grupos de teatro, os nossos movimentos culturais, possam ter a possibilidade de ir ao Fórum, de ir a Azeitão e de ir à Quinta da Amizade, isto é a descentralização, é esta a visão que nós temos do desenvolvimento do nosso concelho. Quem não quiser ver, nós não podemos fazer nada quanto a isso!

Manuel Fernandes (PS) – Poderia ter pedido a defesa da honra da bancada, depois das afirmações do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, impõe-se contrariar com factos e não é vir aqui para a Assembleia Municipal, dizer o que lhe vai na alma ou o que lhe vem à cabeça, e o senhor Presidente, mais do que ninguém sabe, que aquilo que disse, não é verdade, e está aqui o comprovativo, que veio inclusivamente, no Jornal PÚBLICO, “500 mil contos investidos em água e esgotos na Gâmbia”, data de 24 de setembro de 2001. Sabe quem é que estava na Presidência da Câmara, senhor Presidente? O Mata Cáceres. Sabe quem é que estava na Presidência da Junta? Luís Custódio.

Dizia o Luís Custódio na altura, “*Luís Custódio salienta, no entanto, que o investimento no abastecimento de água é uma reivindicação antiga da população. O abastecimento de água e o saneamento básico são reivindicações antigas de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, reforçando e acrescentando que após a concretização da obra ficará apenas a faltar o saneamento básico de 300 fogos, cerca de mil pessoas daquelas localidades*”, dito pelo senhor Presidente da Junta, Luís Custódio.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – É verdade que eu fiz aquelas declarações, e é verdade que o Partido Socialista, publicou aquilo, mas obra fez zero, a obra fez zero, não avançou.

Senhor deputado, houve uma altura, que os estabelecimentos comerciais em Gâmbia, tiveram que meter depósitos de inox e tinha que ir os bombeiros fornecer a água, se não os estabelecimentos comerciais tinham que ter fechado. O Partido Socialista, anunciou as obras, mas nunca fez nenhuma, pode mostrar o que quiser.

As obras de abastecimento público de água, em Gâmbia, foram feitas em simultâneo com o saneamento, na gestão CDU.

O senhor deputado, pode ler o que quiser, a realidade foi esta, que eu disse há bocado, foram feitos treze quilómetros de saneamento básico, duas estações elevatórias, uma ETAR, onze quilómetros de abastecimento público de água e a requalificação da rede viária, e ainda lhe acrescento mais, uma nova escola com pré-escolar, foi feita na localidade da Gâmbia, pelos executivos da CDU.

Gâmbia nem sequer tinha água, esta é a realidade, senhor deputado, pode ler isso, essas notícias...

Quantos anos é que o seu Partido andou a anunciar que o Hospital de São Bernardo, arrancava, demorou dez anos a avançar.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor da CDU e 18 abstenções, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 54.

10. Deliberação n.º 09/2025/AM – Delib. CM n.º 111/2025 – Projeto de Regulamento Municipal de Gestão das Atividades nas Zonas Balneares de Setúbal

Rui Lamim (PSD) – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, BE, PAN e as abstenções do PSD, CH e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 55.

Rui Lamim (PSD) – Nós temos algumas preocupações, com a capacidade de fiscalização deste regulamento, deste e dos outros, este regulamento tem um conjunto largo de proibições, muitas delas derivam de outras regras, de outras Leis, de outros Planos, etc., mas existe a dificuldade da fiscalização.

Nós não somos, obviamente, apologistas que haja um fiscal para cada banhista, pelo contrário, o conjunto de proibições é grande, sem dúvida, que haja bom senso na aplicação deste regulamento e também na sua fiscalização, é o que se pede.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e 1 do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 16 da CDU, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e duas abstenções, uma do CH e uma da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 56.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e trinta minutos do dia um de março, de dois mil e vinte e cinco.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, contém cinquenta e sete folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente, em substituição, e pela Primeira Secretária da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,
em substituição


Eusébio Manuel Candeias

A Primeira Secretária da Mesa,
em substituição


Yolande Paule Juliette Cloeters

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Presidente da Mesa, em substituição.*